

**SUPERVISÃO DA PRÁTICA LETIVA
EM SALA DE AULA /
OBSERVAÇÃO DE AULAS**

Ana Paula Beleza Gomes Nobre

Orientador: Professor Doutor Fernando Diogo

MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES EDUCATIVAS

Abril 2016

Agradecimentos

Aproveito este espaço para demonstrar o meu apreço e gratidão a várias pessoas que, ao longo destes dois anos, me apoiaram e incentivaram.

Antes de mais ao Prof. Doutor Fernando Diogo por me ter orientado nesta aventura, nova e cheia de dúvidas para mim. Reafirmo a minha gratidão não só pela forma afável como sempre me tratou, mas também pela confiança que me foi inculcando e pelos reparos que foi fazendo, sempre de maneira estimulante e construtiva. Foi este clima de empatia que tornou este percurso tão leve e desafiante.

Quero ainda agradecer aos colegas que me acompanharam neste caminho por me terem apoiado e encorajado em momentos dolorosos. Obrigada pelo carinho demonstrado e pelo companheirismo saudável.

Não posso esquecer alguns professores que me tocaram pelo seu profissionalismo e preocupação com os alunos que ia para além dos aspetos académicos.

Evidentemente, este trabalho não seria possível sem a amável colaboração da Diretora do Agrupamento em estudo, que prontamente disponibilizou todo o apoio necessário.

Por último, permitam-me deixar as palavras mais ternas à minha família e, em especial, ao Rui, à Ana e à Inês. Foram eles que me deram o “empurrão” para esta caminhada e que, em momentos difíceis de desânimo e de cansaço, não me permitiram sair do objetivo inicial. Nunca me fizeram sentir culpada pelo tempo não partilhado em família. Foi a eles que pedi conselhos e ajuda. Espero que, de alguma forma, sintam tanto orgulho no trabalho que desenvolvi e no esforço que empreendi como eu sinto orgulho deles.

RESUMO

A preocupação cada vez maior que se verifica em melhorar os níveis de aprendizagem dos alunos deverá motivar os docentes para uma atualização constante e uma atitude reflexiva da sua prática profissional. Esta pode advir de forma privilegiada da supervisão da prática letiva em sala de aula, nomeadamente na vertente de observação de aulas, que é aqui entendida na modalidade formativa centrada nas possibilidades de desenvolvimento, a partir de um processo de observação de aulas entre pares; não tem carácter avaliativo nem inspetivo.

Este trabalho de projeto teve como grande finalidade compreender a perceção que os docentes de um Agrupamento de Escolas do Concelho do Porto têm sobre supervisão e sobre o modelo de observação de aulas, baseado numa perspetiva formativa e de colaboração entre pares, a ser posto em prática no Agrupamento.

A partir desse estudo, foi proposto um Plano de Ação a ser implementado no Agrupamento em causa, tendo sempre em consideração que os docentes devem ser envolvidos naquele processo. Só assim se poderá desenvolver um dispositivo de observação de aulas aceite e partilhado.

PALAVRAS-CHAVE: supervisão, observação de aulas, trabalho colaborativo, supervisor/supervisionado.

ABSTRACT

The increasing concern that exists in improving the students' learning levels should motivate teachers to consistently improve and adopt a reflective attitude towards their professional practice. This can come, preferably, from supervision of the teaching practice in the classroom, particularly in aspects of classroom observation, which is understood here in a training method centered on development possibilities, from a process of observing lessons among peers; it is neither evaluative nor inspective in nature.

This project's work ultimate purpose is to understand the perception that teachers of a Porto County Group of Schools have on supervision and on the model of classes' observation, based on a training perspective and peer collaboration, to be applied in this Group.

From this study, an Action Plan was proposed to be implemented in the above-mentioned Group, taking into consideration that teachers should be involved in this process. Only then can the development of a class observation process be accepted and shared.

Key words: supervision, class observation, collaborative work, supervisor/supervisee

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	7
1ª PARTE – PROBLEMÁTICA EM ESTUDO	10
1 - Problema em Estudo	11
1.1. Identificação da problemática/objetivos da investigação	13
1.1.1. Contextualização do estudo	15
2ª PARTE – ENQUADRAMENTO TEÓRICO	16
2- Relevância da Supervisão da Prática Letiva em Sala de Aula/Observação de Aulas	17
2.1. Conceitos e modalidades de Supervisão/sua evolução	21
2.2. Resistência à prática da supervisão	24
2.3. Observação de aulas e trabalho colaborativo	27
2.4. Perfil do Supervisor e do Supervisionado e seu relacionamento	29
2.4.1. Supervisor	29
2.4.2. Supervisionado	31
2.4.3. Relacionamento supervisor/supervisionado	31
2.5. Observação de aulas: para quê?	32
3ª PARTE – ESTUDO EMPÍRICO	33
3 - Metodologia	34
3.1. Recolha de dados	36
3.1.1. Inquérito por Questionário	36
3.1.2. Análise Documental	37
4 - Apresentação de dados	38
4.1. Análise dos Inquéritos por Questionário	38
4.2. Análise de Documentos	53
4.2.1. Sugestões dos Departamentos/Grupos Disciplinares para o Plano de Melhoria	53
4.2.2. Análise dos registos de observação de aulas	56
4.2.3. Análise de Relatórios de Final de Ano de Coordenadores de Departamento	59
5 - Conclusões extraídas do estudo empírico	61

4. ^a PARTE – PLANO DE AÇÃO/CONCLUSÕES E REFLEXÕES FINAIS	64
6 - Ações Sugeridas	65
7 - Conclusão e Considerações Finais	78
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	80
APÊNDICES	83

INTRODUÇÃO

Poder-nos-emos questionar por que razão os encarregados de educação preferem, para os seus educandos, uma escola em detrimento de outra. Cada vez mais se exige às escolas um melhor desempenho e uma maior responsabilidade e que se posicionem em lugares cimeiros nos *rankings* nacionais.

Acontece também questionar-se a qualidade do trabalho desenvolvido por cada professor, quando dentro de uma escola se comparam resultados dos alunos nas várias disciplinas ou resultados na mesma disciplina. Assim, o professor tem sido colocado perante desafios crescentes, decorrentes das transformações da sociedade, do conhecimento e das reformas na educação que exigem respostas cada vez mais exigentes. Por outro lado, não nos podemos esquecer que o docente tem de articular conhecimento científico, pedagógico e didático. Decorrente do que foi afirmado, entendemos que a atividade do professor é cada vez mais complexa e que necessita de “escapar” a um trabalho rotineiro através, por exemplo, da reflexão crítica da sua prestação para que possa atingir novos patamares de desempenho.

A propósito da *Estratégia da União Europeia para 2020*, o Ministério da Economia, Inovação e Desenvolvimento no documento “*Futuro da estratégia de Lisboa-Estratégia «UE2020»- Contributo de Portugal*” em janeiro de 2010, ao considerar como base os três grandes objetivos temáticos propostos pela Comissão Europeia, tece o seguinte propósito: “I. Criar valor baseando o crescimento no conhecimento - Colocar ênfase na educação básica generalizada de alta qualidade e na importância, em complementaridade, de todos os níveis de ensino e aprendizagem [...]”.

A crescente preocupação em melhorar os níveis de aprendizagem dos alunos deverá motivar os docentes para uma atualização constante e uma

atitude reflexiva da sua prática profissional que pode advir, de forma privilegiada, da supervisão da prática letiva em sala de aula.

A supervisão implica uma reflexão pessoal e assume-se como geradora de práticas colaborativas, numa perspetiva de colegialidade e não apenas na vertente administrativa e centrada na avaliação formal de professores. Só dessa forma contribuirá para o desenvolvimento profissional dos docentes e, conseqüentemente, para o das escolas. Os professores partilham e aprendem uns com os outros e, ao promover a reflexão e a aprendizagem profissional, a supervisão constitui também um meio para a aprendizagem organizacional. A supervisão, encarada como uma atividade de acompanhamento e monitorização, tem em vista a qualidade e melhoria do desempenho dos docentes e, conseqüentemente, da instituição escolar. Isabel Alarcão e Maria do Céu Roldão (2008) apresentam o conceito de supervisão como algo alicerçante da “construção do conhecimento profissional” e, segundo Alarcão e Tavares (2003, pp. 5,6), “A supervisão é uma atividade que visa o desenvolvimento e a aprendizagem dos profissionais”.

O presente trabalho apresenta quatro partes: a primeira, onde se identificam a problemática em estudo, os objetivos e a contextualização da investigação; a segunda, que consiste num enquadramento teórico no qual se sintetiza a relevância da supervisão e da observação de aulas, conceitos relacionados com aquela, resistência à sua implementação, relação entre supervisão e trabalho colaborativo, assim como características relacionadas com supervisor/supervisionado e relacionamento entre eles; a terceira parte versa o estudo empírico, onde são apresentados os dados recolhidos num agrupamento de escolas (Agrupamento Alfa) e a sua análise; na quarta parte, a partir das conclusões inferidas, traça-se um plano de ação para o Agrupamento em causa, faz-se uma conclusão e tecem-se as considerações finais.

Queremos mais uma vez destacar que a supervisão da prática letiva em sala de aula é por nós entendida na modalidade formativa, centrada nas

possibilidades de desenvolvimento a partir de um processo de observação de aulas entre pares, sem carácter avaliativo. Se, por um lado, a difusão da prática da supervisão resulta de imposições da tutela, ela deve partir essencialmente de uma reestruturação interna e da adesão voluntária do corpo docente. Uma colegialidade artificial que é regulamentada administrativa e compulsivamente não surte os efeitos desejados. A observação de aulas, numa vertente não avaliativa e acompanhada por práticas colaborativas, contribui para a melhoria da qualidade do ensino e do desenvolvimento profissional dos docentes, com repercussões no progresso das aprendizagens e nos resultados dos alunos.

O trabalho que aqui apresentamos surgiu da necessidade de clarificar uma situação problemática num determinado agrupamento de escolas, decorrente da implementação da observação de aulas no âmbito da prática da supervisão letiva. Esta prática foi encarada como uma imposição da tutela e não como uma necessidade interna, o que conduziu a um processo burocratizado e de colegialidade artificial.

1.ª PARTE

PROBLEMÁTICA EM ESTUDO

1. PROBLEMA EM ESTUDO

O presente trabalho emana de questões que se levantaram num agrupamento de escolas do Concelho do Porto, aqui denominado Agrupamento Alfa, a propósito da observação da prática letiva em sala de aula.

No Relatório da Avaliação Externa de 2008/2009 relativo ao Agrupamento Alfa, referia-se: “Não existe supervisão da prática letiva em sala de aula, nem assistência voluntária a aulas de colegas [...]”. Apesar da inexistência de acompanhamento da prática letiva em contexto de sala de aula ter sido considerada como um ponto fraco, o Agrupamento entendeu não dever proceder à sua implementação.

No ano letivo 2012/2013, a Avaliação Externa, após visita ao Agrupamento em causa, mencionou no Relatório que elaborou:

Não obstante ter sido identificado como ponto fraco na anterior Avaliação Externa, continuam a não existir dispositivos organizacionais de supervisão da prática letiva, com o objetivo de promover o desenvolvimento profissional e pessoal dos docentes (...). Deste modo, o acompanhamento e a supervisão da prática letiva são desencadeados pelos coordenadores de departamento curricular, coordenadores de estabelecimento e pelos diretores de turma em sede de conselhos de turma, aquando do balanço do cumprimento dos programas, da análise de resultados e da partilha de experiências. A assistência regular a aulas entre pares não é promovida, a não ser muito pontualmente, sobretudo quando são detetadas lacunas no desempenho de algum docente. A ausência desta prática compromete os processos de melhoria da qualidade do ensino e do desenvolvimento profissional dos docentes, e as suas repercussões no progresso das aprendizagens e, conseqüentemente, nos resultados dos alunos.

Nesse momento, a Direção, tal como o Grupo de Autoavaliação do Agrupamento Alfa, entenderam ser prioritária a implementação da recomendação feita pela equipa da Inspeção Geral da Educação e Ciência (IGEC), pretendendo incluí-la no Plano de Melhoria do Agrupamento, em Maio de 2013. No entanto, o processo não foi pacífico nem consensual, pois houve uma rejeição forte à sua implementação, argumentando-se que era uma prática que tinha subjacente uma intenção de avaliação dos professores e que constituía uma sujeição “cega” às imposições da Avaliação Externa. No sentido de reunir consensos, e antes de determinar as formas de supervisão no Plano de Melhoria, o Grupo de Autoavaliação consultou a comunidade escolar. A partir dessa consulta, passou a constar no Plano de Melhoria o seguinte:

IMPLEMENTAÇÃO			MONITORIZAÇÃO		
Domínio	Áreas a melhorar	Sugestões de melhoria	Equipa/ Docentes responsáveis	Calenda- rização	Instrumento
PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EDUCATIVO	Supervisão da prática letiva em sala de aula	<ul style="list-style-type: none"> - Manter o acompanhamento do cumprimento das planificações anuais e mensais; - Manter o acompanhamento e análise dos resultados das avaliações formativas e sumativas; - Supervisão/assessoria com carácter pontual, devendo a mesma ser sistemática nos casos considerados problemáticos; - Registo da supervisão no relatório final do Coordenador. 	Docentes Direção Coord. de Depart./ Estabel. Direção	Ao longo dos próximos 4 anos letivos	Grelhas de Registo Relatórios Atas

Tabela 1 – Excerto do Plano de Melhoria do Agrupamento Alfa

Desta forma, foi implementada a supervisão da prática letiva em sala de aula, passando o Coordenador de cada Departamento Curricular a observar cada docente do seu Departamento, uma vez por período; dessa observação

resulta informação registada numa ficha criada para o efeito que é composta por dois itens: Conteúdos e Observações.

O Grupo de Autoavaliação do Agrupamento entende que continua a existir uma conotação negativa do conceito de supervisão/observação da prática letiva em sala de aula. No entanto, esta visão decorre apenas da perceção que aquele Grupo de Trabalho tem ao observar a realidade daquela instituição de ensino e não de qualquer estudo sustentado que tenha sido realizado naquele agrupamento. Para além disso, considera ser premente pôr em prática uma modalidade supervisiva de observação de aulas, diferente da vigente, que seja acompanhada por momentos de reflexão e de trabalho colaborativo entre pares. Como tal, considerou-se fundamental este estudo.

1.1. IDENTIFICAÇÃO DA PROBLEMÁTICA/OBJETIVOS DA INVESTIGAÇÃO

Partindo desta problemática, consideramos fundamental esclarecer, no Agrupamento Alfa, as seguintes questões que constituíram o ponto de partida para a nossa investigação:

- **Que conceção os docentes do Agrupamento Alfa têm da supervisão da prática letiva em sala de aula, nomeadamente na vertente observação de aulas?**
- **Qual o modelo de supervisão a adotar no âmbito da observação da prática letiva em sala de aula?**

A partir da identificação deste problema, resultaram os seguintes objetivos de investigação relacionados com a supervisão da prática letiva em sala de aula/observação de aulas:

- Identificar a(s) noção(ões) que os docentes do agrupamento têm;
- Saber se há preconceitos sobre o assunto;
- Perceber se é encarada na perspetiva do desenvolvimento profissional ou do controlo organizacional;
- Saber se a entendem como uma mais-valia para os docentes e para o agrupamento;
- Identificar as modalidades de supervisão da prática letiva em sala de aula que subsistem no agrupamento;
- Identificar alternativas ao modelo em vigor, propostas pela comunidade educativa.

Serão então tiradas conclusões sobre aceitação/rejeição da supervisão da prática letiva em sala de aula no agrupamento de escolas especificado, assim como eventuais sugestões de um novo modelo.

Com o conhecimento desta realidade, será possível traçar um plano de ação, encontrar mecanismos de envolvimento dos docentes na prática supervisiva e apontar estratégias que permitam:

- ✓ desmistificar eventuais conceitos relacionados com a supervisão;
- ✓ gizar eventuais melhorias dos mecanismos existentes;
- ✓ envolver os docentes numa prática de supervisão segundo uma perspetiva colaborativa;
- ✓ naturalizar o processo de supervisão da prática letiva em sala de aula na vida da instituição.

1.1.1. Contextualização do estudo

O contexto em que realizámos o nosso estudo é um agrupamento que se situa no concelho do Porto e que, por questões de confidencialidade, denominamos Agrupamento Alfa. Antes de iniciar o estudo, solicitámos autorização à sua Direção.

O Agrupamento é constituído por seis estabelecimentos de educação/ensino: dois jardins-de-infância; três escolas do 1.º ciclo; uma escola dos 2.º/3.º ciclos.

Possui um total de:

- 125 educadores/docentes;
- cerca de 1800 crianças e alunos.

Usufri de um Serviço de Psicologia e Orientação Vocacional, cujo funcionamento assenta em modelos de intervenção de carácter contextual, preventivo, colaborativo e de desenvolvimento de competências.

Disponibiliza atividades de apoio a alunos, assim como tutoria/acompanhamento a discentes que apresentam dificuldades várias.

O Agrupamento desenvolve ainda vários projetos/programas, como por exemplo: Programa de Apoio ao Sucesso Educativo; Programa de Apoio à Promoção e Educação em Saúde; Projeto Eco-Escolas; Clubes.

2.ª PARTE

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

2. RELEVÂNCIA DA SUPERVISÃO DA PRÁTICA LETIVA EM SALA DE AULA / OBSERVAÇÃO DE AULAS

Quanto à emergência das preocupações com a supervisão em Portugal, Alarcão e Tavares (2003) afirmam que, quando publicaram a 1.ª edição do livro *Supervisão da Prática Pedagógica. Uma Perspetiva de Desenvolvimento e Aprendizagem* em 1987, constataram que o tema despertou pouco interesse e que o termo era utilizado como alternativa à designação de “orientação da prática pedagógica” e que já, nessa altura, encontrava reações adversas. Segundo a sua opinião, as funções da supervisão da prática pedagógica estavam limitadas ao acompanhamento dos estágios em formação inicial de professores. A partir da década de 90, passou-se a reconhecer a ideia de acompanhamento do processo formativo. É depois de 1995, segundo um estudo de Alarcão e Canha (2013), que aumentam as publicações sobre o assunto, seja sob a forma de livros, dissertações de mestrado, teses de doutoramento, artigos em revistas, atas de encontros e congressos, e que surge legislação sobre o assunto.

A atual legislação sobre supervisão está plasmada no Decreto-Lei n.º 13/2012, artigo 42.º e apresenta traços muito gerais:

Estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica

1 — Com vista ao desenvolvimento do projeto educativo, são fixadas no regulamento interno as estruturas que colaboram com o conselho pedagógico e com o diretor, no sentido de assegurar a coordenação, supervisão e acompanhamento das atividades escolares, promover o trabalho colaborativo e realizar a avaliação de desempenho do pessoal docente.

2 — A constituição de estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica visa, nomeadamente:

a) A articulação e gestão curricular na aplicação do currículo nacional e dos programas e orientações curriculares e programáticas definidos a nível

- nacional, bem como o desenvolvimento de componentes curriculares por iniciativa do agrupamento de escolas ou escola não agrupada;
- b) A organização, o acompanhamento e a avaliação das atividades de turma ou grupo de alunos;
- c) A coordenação pedagógica de cada ano, ciclo ou curso;
- d) A avaliação de desempenho do pessoal docente.

A supervisão da prática letiva em sala de aula começa, em Portugal, a desenvolver-se, embora de forma lenta, nos estabelecimentos de ensino. No nosso país, este conceito tem adquirido uma maior pertinência a partir da implementação da Avaliação do Desempenho Docente (ADD). Para além disso, tem sido considerada cada vez mais relevante a partir de imperativos da tutela, pois no Quadro de Referência para a Avaliação Externa das Escolas, no Domínio “Prestação do Serviço Educativo”, existe um item relativo ao acompanhamento e supervisão da prática letiva. Analisámos os Relatórios produzidos pela Inspeção Geral da Educação e Ciência (IGEC). Dessa consulta, destacamos o seguinte:

RELATÓRIOS DE AVALIAÇÃO EXTERNA DAS ESCOLAS	
<u>1.º ciclo avaliativo 2006/2011</u>	“O papel das lideranças das estruturas de coordenação e de supervisão na monitorização da ação pedagógica dos docentes ainda não se encontra suficientemente consolidado”, p.35
<u>2.º ciclo avaliativo</u>	Ano letivo 2011-2012 - “O acompanhamento e supervisão da prática letiva é a área de melhoria mais frequentemente assinalada, referindo maioritariamente a inexistência ou a incipiência de práticas de acompanhamento, monitorização e observação direta da atividade letiva em sala de aula”, p.69
	Ano letivo 2012-2013 - “Em relação às áreas de melhoria assinaladas, sobressai o referente relativo aos processos de acompanhamento e de supervisão da prática letiva.” p.27 “No que diz respeito às principais áreas de melhoria assinaladas nos relatórios de escola, os referentes com mais asserções dizem respeito ao Acompanhamento e supervisão da prática letiva”. p.30

Tabela 2 – Relatórios de Avaliação Externa das Escolas dos 1.º e 2.º ciclos avaliativos

RELATÓRIOS DE ACOMPANHAMENTO DA AÇÃO EDUCATIVA	
<u>Ano Letivo</u> <u>2012-2013</u>	“Porém, o facto de terem existido 20 escolas onde houve iniciativas com vista à observação da prática letiva e 13 onde foram construídos instrumentos para tal permite concluir que o conhecimento das práticas tende a ser reconhecido pelas escolas como um passo importante com vista à sua melhoria.” p.16
	“Nestas oportunidades [de desenvolvimento] são também identificados aspetos em que há uma menor tradição de trabalho, bem como algumas áreas em que são notórias resistências e dificuldades, como sejam o acompanhamento da atividade dos docentes, designadamente a continuação da observação da prática letiva.” p.18
	“Assim sendo, podemos constatar que as áreas em que as escolas revelam algumas dificuldades de aprofundamento dos impactos já alcançados situam-se ao nível da indisciplina, da realização do ensino e das aprendizagens e do acompanhamento do trabalho dos docentes.” p.26
	“A necessidade e importância da supervisão do trabalho docente são reconhecidas por todos os docentes e pelas suas estruturas de coordenação e supervisão; as metodologias mais disseminadas de supervisão deste trabalho tendem a estar centradas no levantamento, burocrático e administrativo, do cumprimento das planificações. Sempre que se reflete sobre as vantagens da supervisão do trabalho docente surge a necessidade de o grupo de docentes clarificar conceitos e práticas [...]” p.29
	“As áreas em que se registaram impactos são também aquelas em que se encontram as maiores dificuldades, como sejam: [...] a abertura da sala de aula à opinião crítica e construtiva dos colegas.”p.30
<u>Ano Letivo</u> <u>2013-2014</u>	“Independentemente das diferentes modalidades adotadas, o conhecimento das práticas letivas visou uma validação e partilha de boas práticas entre os docentes, designadamente entre os que lecionam a mesma disciplina/ano de escolaridade.” p.17
	“As dinâmicas implementadas de acompanhamento da intervenção dos docentes, nomeadamente as que incidem na observação de aulas, permitiram, por um lado, começar a abrir a sala de aula e, por outro, recolher dados sobre as práticas.” p.23
	“[...] as iniciativas tidas pelas escolas no âmbito da observação da prática letiva, algumas apoiadas e direcionadas com instrumentos, tiveram a enorme vantagem de produzir conhecimento sobre as mesmas, promovendo a reflexão sobre a concretização e adequação das metodologias de ensino e aprendizagem utilizadas.” p.23

Tabela 3 – Relatórios de Acompanhamento da Ação Educativa dos anos letivos 2012/13 e 2013/14

AVALIAÇÃO EXTERNA DAS ESCOLAS - RELATÓRIOS DOS VÁRIOS AGRUPAMENTOS E ESCOLAS NÃO AGRUPADAS			
Ano de escolaridade	N.º Relatórios	N.º de Ocorrências: Área de melhoria - acompanhamento e supervisão da prática letiva/observação de aulas	N.º de Ocorrências relativamente ao N.º de Relatórios
2011-2012	231	148	64,1%
2012-2013	144	99	68,8%
2013-2014	135 (no total 137, mas não nos foi possível aceder a 2 relatórios)	123	91,1%
2014-2015	119	104	87,4%

Tabela 4 – Dados retirados de Relatórios da IGEC relativos à Avaliação Externa das Escolas/Agrupamentos

Tal como se constata a partir das tabelas apresentadas, o número de indicações no sentido das Escolas melhorarem processos de acompanhamento e supervisão da prática letiva é muito significativo.

Note-se ainda que, num artigo publicado no Jornal Público no dia 13 de março de 2015, noticiava-se que Luís Capela, Inspetor-Geral de Educação e Ciência, afirmava que “muito brevemente” será aprovado o diploma no qual a avaliação externa irá integrar a observação das práticas dos professores em sala de aula. Declarou ainda que 100 dos 190 inspetores da IGEC tinham realizado ações de formação que lhes permitiam iniciar essa prática. Salientava-se que num estudo publicado em janeiro de 2015 pela rede europeia Eurydice, eram indicados os únicos países na Europa onde a avaliação que é feita às escolas não contempla a observação de aulas por parte dos inspetores de educação: Portugal, Estónia e Hungria.

Tal como atrás se explicitou:

Parece-nos poder afirmar que há, atualmente, motivos para considerarmos que se vem a acentuar a tendência para atribuir aos professores um papel significativo, senão decisivo, que se prevê inevitável, do mundo da sala de aula,

e que esta mudança passa, acima de tudo, pela compreensão daquilo que lá ocorre, da multiplicidade e pluralidade de realidades que a constituem. (Ramos e Gonçalves, 1996, p.134).

O docente necessita, pois, de compreender o que se passa na sala de aula, através de um esforço de reflexão, procurando evitar os efeitos negativos de uma prática rotineira. Ora, esse processo pode ser desenvolvido num dispositivo de supervisão/observação da prática letiva em sala de aula, numa vertente não avaliativa, mas sim regulatória, formativa, encarando a observação ao serviço da melhoria, tanto do desenvolvimento profissional do docente, como da própria instituição escolar.

A título de exemplo, faz-se referência a um estudo efetuado no âmbito de um protocolo entre a direcção de um Agrupamento e a Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica, no ano letivo 2012/2013. Nesse estudo, mencionado por Silva e Roldão (2015), e a partir de inquéritos aplicados aos docentes do Agrupamento em causa, é reconhecida a necessidade de supervisão com recurso a observação de aulas que permitisse o feedback através da análise partilhada das práticas letivas. Esse retorno, construtivo e formativo, com partilha de olhares dos pares, foi considerado importante para a melhoria do desempenho dos professores.

No entanto, segundo Correia (2011), no caso português, a sala de aula não é ainda objeto de práticas sistemáticas e consolidadas de observação. Diversos autores apontam algumas razões para este facto: postura individualista e isolada da prática docente; medo de uma exposição; admissão de alguma incompetência em situações problemáticas; ambiguidade na definição do conceito de supervisão da prática letiva em sala de aula, frequentemente associada à noção de avaliação.

Torna-se então importante encontrar a definição de supervisão.

2.1. CONCEITOS E MODALIDADES DE SUPERVISÃO/ SUA EVOLUÇÃO

Procuremos pois encontrar uma definição do conceito de supervisão. Esta tarefa torna-se difícil pelo facto de não existir uma definição única: umas conceções refletem uma vertente inspetorial no controlo, administração e avaliação do ensino, enquanto outras põem a tónica na prática democrática. Convém ainda conhecer, em traços gerais, a sua emergência e evolução desde o século passado.

“Ao longo do século XX, as expectativas a nível da mudança e as exigências públicas para um maior controlo daquilo que era ensinado na escola resultaram na emergência e desenvolvimento simultâneos dos campos da supervisão e do currículo.” (Oliveira Formosinho, 2002, p.26).

A supervisão como inspeção surgiu como resposta a necessidades burocráticas da educação nos finais do século XIX, à medida que iam surgindo os sistemas escolares nos meios rurais e urbanos. A supervisão era diferenciada do ensino em sala de aula e centrava-se sobretudo na inspeção do progresso dos estudantes e das indicações curriculares. Note-se que ainda não existiam estruturas altamente centralizadas a nível nacional e, por isso, surgiram várias práticas de supervisão. Posteriormente, e durante a II Guerra Mundial, emergiram esforços de reforma ligados com papéis, relações e funções do supervisor.

No final dos anos 50 do século passado, foi apresentado, nos Estados Unidos da América, um modelo desenvolvido por Cogan, denominado “supervisão clínica”, que surgiu da reação a uma supervisão hierarquizada e distante. Destaca-se, naquele modelo, a noção de que uma atitude investigativa e atuante permite compreender e transformar as situações de ensino e aprendizagem; para além disso, um espírito de sobrançeria é substituído por uma atitude de colaboração colegial que se desenvolve na análise conjunta dos fenómenos e no comprometimento das partes.

Isabel Alarcão e Bernardo Canha (2013) entendem existir indefinição conceptual e da variedade de conceitos que são atribuídos à palavra supervisão: formação, avaliação, regulação, monitorização, gestão/administração, mediação, treino, coordenação, liderança, inspeção/fiscalização.

Oliveira Formosinho (2002) afirma que a “supervisão reconceptualizada desenvolve-se e reconstrói-se, coloca-se em papel de apoio e não de inspeção”(p.12).

O conceito de supervisão tem estado, pois, associado a noções de avaliação, inspeção, formação, desenvolvimento profissional, de qualidade, de gestão das instituições, de colaboração.

Alarcão e Canha (2013, pp.37,38) apresentam numa tabela, e de uma forma muito interessante, uma síntese da evolução da supervisão. Transcrevemos aqui apenas algumas das linhas da referida tabela:

DE	PARA
Da formação inicial	à formação ao longo da vida
De uma relação hierarquizada	a uma relação colaborativa
De uma orientação formativa	a uma orientação reflexiva
De uma atitude fiscalizadora	a uma perspectiva desenvolvimentista
De mera classificação	à avaliação formativa
De uma supervisão vertical	à autopercepção e à supervisão horizontal
Da sala de aula	à escola

Tabela 5 – Evolução da supervisão. Adaptação de tabela inscrita em Alarcão e Canha (2013)

Apesar de tudo, parece-nos que foi dada uma maior ênfase à noção de supervisão associada à formação inicial de professores. No entanto, alguns autores, como por exemplo Alarcão e Tavares (2003), entendem que a supervisão, na qual um professor orienta um outro professor ou candidato a professor, deve prolongar-se na formação contínua, contribuindo para o seu desenvolvimento humano e profissional; essa noção de continuidade está bem patente no termo “processo” - “SUPERVISÃO de professores como o processo (...)” (Alarcão e Tavares, 2003, p.16). Apesar de tudo, estes autores julgam que esta perspectiva ainda é “tão pouco considerada”.

É precisamente nesta vertente que entendemos a observação da prática letiva em sala de aula: como estratégia que contribuirá para um processo de formação continuada dos professores e promoção do seu desenvolvimento profissional, baseado na reflexão e numa perspectiva de colaboração colegial, tendência que se vem verificando em Portugal – supervisão numa lógica democrática e colaborativa.

No entanto, continuam a não convergir numa visão única as questões que se relacionam com a definição de supervisão, suas modalidades, assim como relações e papéis dos intervenientes. Apesar das perspectivas sobre supervisão estarem a mudar, são ainda pouco definidas e esclarecedoras. Urge clarificar, sobretudo, o que se entende e pretende com a supervisão da prática letiva em sala de aula, para que se ultrapassem as resistências à sua implementação.

2.2. RESISTÊNCIA À PRÁTICA DA SUPERVISÃO

A supervisão da prática letiva em sala de aula é frequentemente encarada com desconfiança e de forma ameaçadora. Tal como afirmam Alarcão e Tavares (2003, p.62) “(...) é desejável e necessário desfazer, quanto antes, toda uma série de preconceitos e até alguns mitos que se foram criando e alimentando, ao longo do tempo (...).”

Os professores têm-se revelado muito resistentes à “intrusão” dos seus pares na “sua” sala de aula. Esta sua postura dificulta a reflexão e partilha de experiências. Há dificuldade em ultrapassar a resistência que os docentes fazem à entrada de outros colegas na sala de aula por entenderem, entre outras razões, que a mesma só se faz em situações especiais de controlo e inspeção e, sobretudo, em situações de conflito. Esta realidade cria nos professores inibição, ansiedade e recusa. Outro fator que concorre para que

tal aconteça é o facto de os docentes estarem pouco habituados à reflexão sobre o seu ensino, devido ao “isolamento” da sala de aula. Há dificuldade em passar do “eu solitário” ao “eu solidário”, conforme afirmam Sá Chaves e Amaral (2001), citados por Alarcão e Tavares (2003).

Correia (in, Observar e Avaliar as Práticas Docentes, p.135) refere que levou a cabo uma investigação em escolas do norte de Portugal e que constatou que a ausência de observação de aulas como um método de recolha de informação poderia ser reflexo, entre outros, da resistência dos docentes em abrir a sala de aula pelo receio de serem observados.

No Relatório Acompanhamento da Ação Educativa da IGEC, afirma-se:

- em 2012-13, “A observação de aulas inter pares surge, em algumas escolas, como uma proposta de trabalho que, por vezes, suscita algumas dificuldades e receios de implementação.” p. 16;

- em 2013-14, “Em algumas escolas, a implementação de ações, que remetem para uma observação e análise das práticas letivas, suscitou, por vezes, receios e dificuldades.” p.17 e “No nosso sistema educativo têm existido poucas iniciativas que fomentem a abertura da sala de aula.” p.20

Em Portugal, parece-nos que a carga negativa decorre, em grande parte, da indefinição conceptual e da variedade de conceitos. Acrescente-se ainda, e de forma primordial, a identificação da supervisão com avaliação do desempenho docente. No entanto, no nosso país, tem-se verificado uma gradual, mas lenta, adesão ao tipo de prática que vimos defendendo, apesar da grande resistência que ainda se verifica. A progressiva mudança de atitude tem-se verificado mais por imperativos da tutela do que propriamente da constatação da necessidade da sua implementação de forma voluntária. Esta afirmação poderá ser corroborada a partir da análise dos relatórios produzidos pela IGEC, conforme anteriormente referido (ver tabelas 2, 3 e 4).

A atitude de resistência à supervisão é compreensível, pois, tal como já afirmámos, a exposição das práticas de um professor ao olhar crítico de outros colegas poderá ser encarada como uma admissão da sua incompetência. Devemos ter também em conta que existem tradições e

relações de trabalho profundamente enraizadas na mentalidade e práticas dos docentes. Talvez contribua para esta situação o facto de a faixa etária dos professores que é predominante em Portugal, tomando apenas o exemplo dos 3.º Ciclo e Secundário do Ensino Público, ser a dos 35-49 anos (62,8%), enquanto que os mais jovens (21-34 anos) representam apenas 1,3%; para além disso, os docentes do quadro são a maioria no que diz respeito ao vínculo contratual.

É desejável que o corpo docente mude a perspetiva pouco positiva que tem da supervisão da prática letiva em sala de aula; a mudança não deve partir só de “cima para baixo”, isto é, da tutela para as escolas, mas emanar essencialmente dos próprios docentes.

Existem ainda algumas questões polémicas associadas aos supervisores, tais como os seus papéis, funções e relações, que poderão desencadear situações de conflito e tensão. Note-se que, frequentemente, os docentes não aceitam facilmente um supervisor a quem não reconhecem capacidade e competência para essa função. Seria interessante, por exemplo, e de forma regular, o colega observado trocar de posição com o colega observador. Tal poderia contribuir não só para o enriquecimento mútuo, mas também para o respeito e colaboração entre ambos.

Será importante ainda referir a influência de um sistema dominado pelos princípios da racionalidade burocrática que não propiciam ou estimulam um trabalho de partilha. É fundamental que os docentes saiam do isolamento a que têm estado votados e adotem uma postura de abertura, de forma a encarar a supervisão como uma atividade colaborativa. Esse isolamento, que ainda é considerado como algo natural na profissão docente, tem vindo a ser cada vez mais criticado.

Rosenholtz (1989), citado por Hargreaves (1998, p.189), afirma: “Tal como a ostra que neutraliza um grão de areia irritante, cobrindo-o com camadas de pérola, os professores isolados parecem cobrir as suas dúvidas e inadequações irritantes com camadas desconfortantes de ilusão pessoal”.

2.3. OBSERVAÇÃO DE AULAS E TRABALHO COLABORATIVO

Como se depreende do que anteriormente foi afirmado, defendemos a observação de aulas, no âmbito da supervisão da prática letiva em sala de aula, numa vertente regulatória e formativa, não avaliativa, ao serviço da melhoria; acrescentamos a estas noções, o espírito colaborativo.

Lima (2002, p.177) afirma que em duas escolas analisadas: “[...] a esmagadora maioria dos docentes desenvolvia a sua prática profissional de forma isolada, as relações entre os colegas eram essencialmente verbais e as relações mais complexas eram realizadas, quase exclusivamente, no interior das fronteiras dos departamentos.” Várias investigações têm demonstrado que o isolamento dos professores é um obstáculo para o seu desenvolvimento profissional. No entanto, ainda não foi verdadeiramente ultrapassada a postura individualista e isolada dos professores.

Consideramos que, apesar de se ter vindo a verificar a verbalização de dificuldades que cada um vai enfrentando no seu espaço aula, nomeadamente a nível do comportamento dos alunos, parece-nos que não existe uma atitude proativa, no sentido de se encontrarem vias de melhoria, num trabalho colaborativo interpares. Torna-se necessário que os docentes, a partir do feedback e da reflexão que advêm da observação de aulas, cruzem olhares e colaborem em ações de melhoria.

A observação de aulas poderia passar por três momentos, tal como propõe Isabel Cruz (2011, p.88):

- pré-observação – para enfoque da observação;
- observação – recolha de informação com instrumentos de registo;
- pós-observação – momento de partilha de dados recolhidos na observação, reflexão conjunta e procura de eventuais ações de melhoria.

É este confronto de ideias que poderá ser acompanhado por partilha de práticas e materiais pedagógicos, que reflete um verdadeiro trabalho colaborativo. Cruz (2011, p.90) afirma que os registos de observação são “instrumentos de promoção do desenvolvimento do trabalho do professor

quando partilhados e concretizados em novos caminhos de ação, num *continuum* onde a reflexão conduz a novas práticas e, assim, sucessivamente”. Neste sentido, o trabalho do professor, normalmente circunscrito à sala de aula, beneficiará com estas oportunidades de troca de experiências. Num ambiente colaborativo, os professores apoiam-se e tomam decisões em conjunto, trocam saberes, práticas e, eventualmente, materiais.

Hargreaves (1998, p.20) declara: “[...] a colaboração tanto pode ser um peso como uma bênção, especialmente quando os administradores a assumem e a convertem em modelos, em requisitos obrigatórios e em perfis mensuráveis de crescimento e de implementação.” Por isso mesmo, para colaborar é preciso ter vontade para isso e ter a noção de que, tal como defende Alarcão e Canha (2013, p.51), aprende-se na interação com os outros, para além da interação com a tarefa e consigo próprio. É nessa interação que se trocam saberes e experiências. A supervisão, encarada como atividade colaborativa, possibilita o diagnóstico de dificuldades que poderá alavancar reorientações da prática docente – “[...] Supervisão surge como uma prática de colaboração que apoia uma atividade também colaborativa.” (Alarcão e Canha, 2013, p.57).

Este processo só surtirá realmente os efeitos desejados se decorrer da livre vontade dos professores, sem desconfiança ou medo de abrir a sua sala de aula, confiando no outro, numa atitude de abertura e de disponibilidade. Não deve resultar de constrangimentos administrativos.

“[...] a observação não é boa em si mesma, mas é boa em função do uso que lhe for dado” (Machado, Alves e Gonçalves, 2011, p.10).

De tudo o que foi afirmado é necessário salientar que, no processo de supervisão colaborativa, numa perspetiva formativa de desenvolvimento profissional e institucional, se torna fundamental a existência de uma relação de respeito mútuo e do reconhecimento do trabalho entre supervisor e supervisionado.

2.4. PERFIL DO SUPERVISOR E DO SUPERVISIONADO E SEU RELACIONAMENTO

2.4.1. Supervisor

Segundo Dewey, citado por Alarcão (1996), o supervisor deve ter abertura de espírito, responsabilidade e empenhamento.

Para além das suas tarefas de observação, interpretação e análise, é quem apoia o professor no seu desenvolvimento, que o ajuda e o incentiva para atitudes reflexivas. Não pode ter uma postura impositiva. Com esta afirmação, pretende-se dizer que, na generalidade, e numa situação de observação de aulas, as estratégias colaborativas são as mais bem-vindas e eficazes.

Relativamente ao papel do supervisor, e na linha do que anteriormente se referiu, também é necessário desmistificar certas noções, como por exemplo, a de superior/inferior, avaliador/avaliado, fiscalizador/fiscalizado. Para o desenvolvimento de uma supervisão de tipo colaborativo, o observador/supervisor deve providenciar um ambiente emocional positivo, flexível e de igualdade, e não apresentar uma postura ritualizada, de distanciamento ou de superioridade.

Alarcão e Tavares (2003) citam Blumberg a propósito de estudos que realizou sobre as perceções que os professores têm da sua relação com os supervisores. Esses estudos concluem que os docentes avaliam positivamente os supervisores que fazem afirmações, sugerem, criticam, comentam e pedem informações e opiniões; por outro lado, não avaliam de forma tão positiva os que têm atitude passiva ou que falam muito. Aqueles autores elencam, entre outras, as seguintes tarefas/atitudes de um supervisor:

- criar um bom clima relacional com o observado;
- desenvolver o espírito de reflexão, inovação e colaboração;
- identificar dificuldades que surjam;

- colaborar na procura de estratégias de melhoria;
- observar, interpretar, analisar.

Por seu lado, Oliveira Formosinho (2002, p. 111) afirma:

Assim, o supervisor contemporâneo deverá estar familiarizado com a pedagogia e ser competente ao nível das cambiantes psicológicas das intervenções mediadas, apresentando também uma compreensão das escolas como sistemas que influenciam e são influenciados pelas escolhas e ações dos indivíduos que a compõem.

O supervisor tem de ter capacidade de diálogo e mediação e tem de intervir no sentido de fomentar a reflexão profissional e a colaboração. O supervisor, que é considerado como supervisor ecológico, por orientar o desenvolvimento também para a organização como um todo, dirige a sua ação para o crescimento da comunidade; cria condições para esta se adaptar e reagir proativamente às mudanças, pois as organizações escolares são sistemas dinâmicos. É necessário não esquecer que a supervisão tem uma função muito importante na construção de uma comunidade e no desenvolvimento de uma cultura de escola baseada no trabalho colaborativo e reflexivo, para a qual o supervisor pode contribuir.

O reconhecimento do papel do supervisor surge em Oliveira-Formosinho (2002, p. 120) quando afirma: “Por exemplo, não poderá existir nenhum tratamento sério da supervisão ou da psicologia da supervisão sem uma análise dos próprios supervisores, incluindo as suas orientações para a prática, as suas filosofias relativamente à educação e os seus sistemas de construção de significado.”

2.4.2. Supervisionado

Antes de mais, o professor observado tem de colaborar com o supervisor para que o processo se desenrole nas melhores condições, criando um clima relacional favorável. Para tal, é fundamental que:

- não encare a supervisão como uma intromissão do “seu” espaço sala de aula e se sinta à vontade com a presença de outro docente;
- conheça o papel do supervisor, evitando mal entendidos;
- estabeleça com ele uma relação de confiança e de colaboração;
- desenvolva a capacidade reflexiva;
- se assuma como ator dinâmico. Esta atitude pressupõe sair da rotina e da automatização de procedimentos. O professor que está em constante desenvolvimento terá, necessariamente, de investir na sua autoformação e colaborar no processo supervisivo. Deve estar motivado e atento aos problemas, propondo estratégias de remediação;
- aceite o feedback dado pelo supervisor, que reflita sobre ele e que o encare como possibilidade de melhoria e desenvolvimento profissional.

2.4.3. Relacionamento Supervisor/Supervisionado

A dificuldade que por vezes se verifica no relacionamento entre professor observador e professor observado advém do desconhecimento ou da má interpretação dos papéis exatos de cada um. Já anteriormente se referiu que é necessário desmistificar preconceitos ligados ao relacionamento entre os dois docentes em questão, tais como, superior/inferior, mais experiente e sábio/menos experiente e mais inseguro, avaliador/avaliado, fiscalizador/fiscalizado. Colocam-se muitas vezes questões relacionadas com a legitimação e o estatuto do supervisor/observador numa relação supervisiva.

Esta relação deve ser de confiança mútua, de empatia e de colaboração sincera, sem hierarquias pré-estabelecidas, num equilíbrio de poder. No entanto, talvez deva ser o supervisor a ter um papel mais ativo na criação de um ambiente favorável, já que o supervisionado poderá ter ainda a noção de intromissão no seu espaço. Um processo de supervisão deve ter como característica fundamental a dinâmica colaborativa alicerçada na reflexão e no diálogo.

Para além de tudo o que foi afirmado, é premente realçar a constatação de que, numa relação supervisor/supervisionado, a aprendizagem é feita pelos dois e permite desenvolvimento mútuo. A propósito, Oliveira Formosinho (2002, p.5) cita Paulo Freire: “(...) quem forma se forma e re-forma ao formar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado.”

2.5. OBSERVAÇÃO DE AULAS: PARA QUÊ?

Em jeito de conclusão, e de forma muito sucinta, a observação de aulas com carácter formativo, servirá para: regular = orientar, guiar; dar feedback do trabalho que decorre na sala de aula; estimular a reflexão das práticas desenvolvidas; partilhar (perspetivas, materiais...), criar pontes entre salas de aula; potenciar a aprendizagem profissional e melhoramento do desempenho pessoal e da instituição.

No Relatório de Acompanhamento da Ação Educativa da IGEC (2013-2014, p.23), afirma-se: “[...] as iniciativas tidas pelas escolas no âmbito da observação da prática letiva, [...] tiveram a enorme vantagem de produzir conhecimento sobre as mesmas, promovendo a reflexão sobre a concretização e adequação das metodologias de ensino e aprendizagem utilizadas.”

3.ª PARTE

ESTUDO EMPÍRICO

3. **METODOLOGIA**

Depois de delimitado o objeto de estudo e feito o levantamento da questão, foi determinada a metodologia a adotar, optando-se pela metodologia qualitativa. Será feita uma análise interpretativa das percepções e práticas, a partir das descrições dos sujeitos. As metodologias qualitativas inserem-se num paradigma interpretativo, já que têm como intenção compreender e interpretar.

Quanto ao modo de investigação, foi escolhido o estudo de caso por se tratar do estudo de um problema num caso particular, num período de tempo curto e, tal como afirma Stake (2012, p.11), se espera que “um estudo de caso consiga captar a complexidade de um caso único. [...] O estudo de caso é o estudo da particularidade e complexidade de um único caso, conseguindo compreender a sua atividade no âmbito de circunstâncias importantes.” Desta forma, o estudo de caso é uma forma de pesquisa educacional, na qual o fenómeno é observado no seu ambiente natural, analisando-se a organização em estudo; os dados são recolhidos através de diversos meios, nomeadamente entrevista, questionário, documentação; o objetivo é o de explorar, descrever e explicar, com o intuito de transformar.

Mais do que a descrição de uma circunstância, serão analisadas as interações de diversos fatores. Os dados, num estudo de caso, são recolhidos sistematicamente, estudadas as relações entre as variáveis, privilegiando-se a interação de fatores e acontecimentos.

Apesar de Stake (2012, p.23) considerar que um estudo de caso não parece ser uma base sólida para a generalização, já que a ênfase recai na compreensão daquele e não na percepção daquilo em que é diferente dos outros, poderá eventualmente suscitar o interesse de estudos a serem desenvolvidos por outras instituições que vivenciem problemáticas idênticas. Esta posição é defendida por Denscombe (1988), citado por Bell (2010, p.23):

“a possibilidade de generalizar um estudo de caso a outros exemplos depende da semelhança do exemplo em causa com outros do seu tipo”. Bassey (1981), também citado por Bell (2010, p.24), afirma que um critério para avaliar o mérito de um estudo de caso, é verificar se os pormenores de um estudo de caso poderão ser úteis a outros docentes que se encontrem em situação semelhante. Poderão então relacionar a sua tomada de decisão com a que é descrita no estudo em causa. Desta forma, o estudo de caso é uma forma válida de pesquisa educacional, contribuindo para o conhecimento e melhoria da educação.

Foram definidas as técnicas de recolha de dados, optando-se pela análise documental e inquérito por questionário. O público-alvo foram todos os educadores e docentes do Agrupamento – do Pré-Escolar ao 3.º Ciclo.

A técnica de tratamento de dados será a análise de conteúdos que é muito utilizado na análise de dados qualitativos e que, segundo Bardin (1979), é definida como o conjunto de instrumentos metodológicos que se aplicam a vários discursos. Esta técnica é utilizada para descrever e interpretar o conteúdo de documentos

Mais importante que a descrição dos conteúdos serão as deduções que delas ocorrem e, sobretudo, os significados que deles emanam. Estes deverão estar relacionados com os objetivos da investigação.

A análise de conteúdos ajuda a reinterpretar e a compreender os significados dos discursos.

3.1.RECOLHA DE DADOS

3.1.1. Inquérito por Questionário

O inquérito por questionário foi necessário para auscultar a opinião dos docentes do Agrupamento acerca da problemática em estudo. Na sua elaboração houve a preocupação de encontrar questões que dessem resposta ao problema de partida e aos objetivos da investigação e que, ao mesmo tempo, tivessem uma sustentação teórica. Isto foi conseguido a partir da leitura de autores que versam os temas relacionados com a investigação, assim como de documentos orientadores do Agrupamento, nomeadamente o Projeto Educativo e o Plano de Melhoria. Foram então selecionadas afirmações consideradas pertinentes e, a partir das mesmas, formularam-se questões. De uma relação inicial de várias possíveis questões a colocar, foram seleccionadas as mais relevantes (ver Apêndice 1). Apresenta-se um exemplo para ilustração. A partir da afirmação de Alarcão (1996, p.140) “Afigura-se-nos que esta é a questão crucial em todas as etapas da vida do professor, que tende a ser vulnerável à «intrusão» dos colegas ou do supervisor, o que muito dificulta a partilha e a discussão de experiências”, foi elaborada a questão “Considera que a observação da prática letiva em sala de aula é entendida pelo professor, em geral, como uma «intrusão» do supervisor?”

O inquérito por questionário (ver Apêndices 3 e 4) foi concebido com perguntas fechadas e abertas; as primeiras possibilitam um tratamento de informação com um menor grau de ambiguidade; com as segundas, pretende-se dar aos respondentes a possibilidade de exprimirem a sua opinião sobre o assunto e de completarem a resposta às questões de tipo fechado. Houve preocupação em tornar as questões claras e sem conceitos que pudessem ser interpretados de forma diferente pelos inquiridos.

Antes da sua divulgação, foi feito um questionário piloto aplicado a alguns docentes do 1.º, 2.º e 3.º ciclos. Esse grupo de focagem deu pistas para a melhoria do questionário, quer na reformulação de algumas questões quer na clarificação de instruções.

Optámos pela elaboração de um formulário no Google Drive, pelo facto de no Agrupamento Alfa haver uma boa comunicação entre docentes através do correio eletrónico institucional, sendo prática corrente a aplicação de questionários por este meio.

3.1.2. Análise Documental

A análise documental pareceu-nos adequada por constituir uma fonte estável e rica em informação e por existirem, no Agrupamento, alguns registos relacionados com a observação de aulas, nomeadamente:

- fichas de registo de observação de aulas;
- relatórios de coordenadores de Departamento Curricular onde é referida a observação de aulas;
- registos do Grupo de Autoavaliação sobre a temática.

A análise documental, relativa às fichas de registo de observação de aulas e relatórios de coordenadores de Departamento Curricular, versa o ano letivo 2014-2015.

Foram ainda consultados os documentos orientadores do Agrupamento em causa - Projeto Educativo, Plano de Melhoria.

4. APRESENTAÇÃO DE DADOS

O número de documentos e inquéritos analisados encontra-se registado na seguinte tabela:

DOCUMENTO / INQUÉRITO	N.º DE REGISTOS
Inquéritos por questionário aos docentes	69
Fichas de registo de observação de aulas	239
Registos do Grupo de Autoavaliação - Sugestões dos Departamentos para o Plano de Melhoria	7
Relatórios de final de ano dos Coordenadores de Departamento	6

Tabela 6 – Número de documentos e inquéritos analisados

O número de docentes que responderam ao questionário representa 55.2% do seu universo.

4.1. ANÁLISE DOS INQUÉRITOS POR QUESTIONÁRIO

A maioria dos docentes que respondeu ao inquérito tem mais de cinquenta anos de idade (52,2%) e exerce a sua atividade desde há 21-30 anos (46,4%). Colaboraram no seu preenchimento 2 educadores de infância, 24 professores do 1.º Ciclo, 21 do 2.º Ciclo e 21 do 3.º Ciclo.

Passamos à análise das respostas ao Questionário.

❖ Pediu-se aos inquiridos que se posicionassem, em termos de sim ou não, quanto ao conteúdo de um conjunto de afirmações relativas à supervisão da prática letiva em sala de aula na perspetiva de observação de aulas (questão n.º4). A tabela seguinte reúne e resume as respostas obtidas:

A SUPERVISÃO DA PRÁTICA LETIVA EM SALA DE AULA NA PERSPETIVA DE OBSERVAÇÃO DE AULAS:			
	SIM %	NÃO %	
4.1- É entendida pelos docentes, em geral, como uma “intrusão” do supervisor	44,9	<u>55,1</u>	55.1% dos inquiridos considera que a supervisão não é uma intrusão do supervisor. Contudo, um número significativo de docentes considera a supervisão como uma intrusão.
4.2- Deve ser acompanhada por práticas reflexivas do observador e do observado	<u>85,5</u>	14,5	Uma maioria significativa dos docentes acha que deve ser acompanhada por práticas reflexivas de ambos (observador/observado).
4.3- É entendida pelos docentes na perspetiva de avaliação do professor observado	<u>76,8</u>	23,2	Uma maioria significativa entende que supervisão é sinónimo de avaliação do desempenho do docente.
4.4- Ao incentivar uma atitude reflexiva, contribui para que o professor ultrapasse a eventual rotina na sua atuação profissional	<u>59,4</u>	40,6	A maioria dos docentes responde que contribui para ultrapassar a rotina profissional, sendo que um número significativo de docentes se posiciona no não.
4.5- Pode assumir um carácter de trabalho colaborativo entre pares (supervisor/supervisionado)	<u>73,9</u>	26,1	Uma maioria significativa entende que pode assumir carácter colaborativo entre pares.
4.6- É uma mais-valia para a melhoria da escola	<u>50,7</u>	49,3	Há um equilíbrio de opinião quanto ao facto de ser uma mais-valia para a melhoria da escola.
4.7- Contribui para o desenvolvimento profissional do docente observado	47,8	<u>52,2</u>	Há um equilíbrio de opinião, embora 52.2 % dos docentes inquiridos responda que não contribui para o desenvolvimento profissional do professor observado.

Tabela 7 – A supervisão da prática letiva em sala de aula na perspetiva de observação de aulas

❖ Inquiridos os docentes sobre se consideram que o supervisor também se encontra num processo de desenvolvimento e aprendizagem (questão n.º5), 82,6% responderam que SIM e 17,4% responderam que NÃO.

❖ Perguntou-se aos docentes se consideram que existem preconceitos relacionados com a supervisão da prática letiva em sala de (questão n.º6), sendo que 78,3% responderam que SIM e 21,7% responderam que NÃO.

❖ Aos docentes que na resposta anterior responderam “sim”, foi-lhes pedido que assinalassem quais os outros preconceitos que estão relacionados com a supervisão da prática letiva em sala de aula (questão n.º7). Os resultados foram os seguintes:

PRECONCEITOS RELACIONADOS COM A SUPERVISÃO DA PRÁTICA LETIVA EM SALA DE AULA	
	%
a) noção de intromissão na sala de aula	75,9
b) serve para avaliar	75,9
c) é considerado um processo de fiscalização	68,5
d) ocorre apenas para resolver situações de conflito	5,6
e) não tem qualquer utilidade	33,3
f) está associada à noção de superior/inferior	48,1
g) está associada à noção de avaliador/avaliado	68,5
h) outro	9,3

Tabela 8 – Preconceitos relacionados com a supervisão da prática letiva em sala de aula

Verifica-se que as alíneas mais assinaladas são as que se relacionam com a noção de controlo: conceção de supervisão como intromissão, avaliação, fiscalização.

❖ Aos docentes que na resposta anterior responderam “outro”, foi-lhes pedido que se pronunciassem, numa resposta aberta, sobre outros preconceitos que estão relacionados com a supervisão da prática letiva em sala de aula (questão n.º8).

Apenas 4 docentes responderam a esta questão, referindo:

- **situações em que há mau relacionamento entre supervisor e supervisionado;**

- **o facto de haver perspetivas diferentes numa situação de observação – “Existem leituras/ práticas diferentes para o que é «estar na sala de aula» face ao aluno. A observação de outro é sempre um «outro» com itens enquadrados numa perspetiva”** (respondente n.º12);

- **o facto da supervisão se basear na desconfiança pela competência profissional entre pares – “Um convite à desconfiança pela competência do trabalho profissional entre pares”** (respondente n.º22).

❖ Foi solicitado aos docentes que assinalassem que tipo(s) de observação deve(m) ser posto(s) em prática (questão n.º9) e os resultados foram os seguintes:

TIPO(S) DE OBSERVAÇÃO A SER(EM) POSTO(S) EM PRÁTICA	
	%
a) tabela pré-estabelecida de aspetos a observar	20,3
b) registo menos formal (apontamento e notas)	20,3
c) articulação entre os dois anteriores métodos	40,6
d) outro	20,3

Tabela 9 - tipo (s) de observação a ser(em) posto(s) em prática

Verifica-se que a alínea mais assinalada é a que refere que se deve articular uma tabela pré-estabelecida de aspetos a observar e um registo menos formal.

❖ Aos docentes que na resposta anterior responderam “outro”, foi-lhes pedido que se pronunciassem, numa resposta aberta, sobre que outro(s) tipo(s) de observação pode(m) ser posto(s) em prática (questão n.º10).

Apenas 1 respondente dá sugestão à questão colocada. O mesmo entende que deve haver planificação anterior à observação, num trabalho colaborativo entre supervisionado, aqui entendido como avaliado, com o supervisor, com estratégias específicas para cada área disciplinar – “No caso de situações em que é detetado situações que implica melhoria de imediato, dever-se-á em concordância com o avaliado estabelecer um plano de observação de aulas e trabalho colaborativo de preparação das aulas do avaliado [...]” (respondente n.º43).

Oito respondentes em 11 referem, utilizando frases muito assertivas, que não concordam com a observação/supervisão – “Nenhum; sou contra a supervisão (incluindo o próprio nome)” (respondente n.º22).

❖ Na questão n.º11 perguntou-se aos docentes se as estratégias de observação deverão ser iguais para todos os professores observados, sendo que 72,5% dos responderam que SIM e 27,5% responderam que NÃO.

❖ Inquiridos os docentes sobre se o professor deve pedir ao supervisor observação em sala de aula quando surgirem situações graves para as quais já não consegue encontrar sozinho soluções para essa situação (questão n.º12), 81,2% responderam que SIM e 18,8% responderam que NÃO.

❖ Solicitou-se aos docentes que indicassem as características que consideram fundamentais no relacionamento supervisor/supervisionado (questão n.º13) e os resultados foram os seguintes:

RELACIONAMENTO SUPERVISOR/SUPERVISIONADO	
	%
a) hierarquia rígida	0
b) posição de igualdade	60,9
c) posicionamento distante	0
d) postura não impositiva	53,6
e) empatia	73,9
f) postura impositiva	0

Tabela 10 – Características do relacionamento supervisor/supervisionado

Verifica-se que o maior número de ocorrências associa o relacionamento supervisor/supervisionado com empatia, posição de igualdade e postura não impositiva.

❖ Inquiridos os docentes sobre se a supervisão da prática letiva em sala de aula deve seguir estritamente um calendário pré-estabelecido (questão n.º14), 44,9% responderam que SIM e 55,1% responderam que NÃO.

Verifica-se que a maioria dos docentes inquiridos entende que a supervisão não deve seguir um calendário pré-estabelecido. Contudo, 44,9% considera que se deve seguir um calendário pré-estabelecido.

❖ Aos docentes que na resposta anterior responderam “não”, foi-lhes pedido que assinalassem em que circunstâncias deve ocorrer a supervisão (questão n.º15).

EM QUE CIRCUNSTÂNCIAS DEVE OCORRER A SUPERVISÃO	
	%
a) quando o professor solicitar	52,6
b) quando o supervisor entender necessário	47,4
c) quando o supervisor detetar algum problema	39,5
d) quando a Direção propuser	28,9
e) outro	10,5

Tabela 11 – Circunstâncias deve ocorrer a supervisão

Verifica-se que as opiniões estão divididas, embora o item mais assinalado é o que refere que a supervisão é oportuna quando o professor solicitar.

❖ Aos docentes que na resposta anterior responderam “outro”, foi-lhes pedido que se pronunciassem, numa resposta aberta, sobre em que outras circunstâncias deve ocorrer a supervisão (questão n.º16).

Num universo de 5 respondentes:

- **4 entendem que nunca deve existir supervisão** – “*Nunca*” (respondente n.º63);

- **1 que pode existir em qualquer momento** – “*A porta deverá estar sempre aberta, seja para quem for. Se o objetivo é colaborar e trocar experiências, não há que ter medo....*” (respondente n.º21).

❖ Ao colocar-se a pergunta se os docentes entendem que deve ser dado feedback da observação ao professor observado, (questão n.º17), 88,4% responderam que SIM e 11,6% responderam que NÃO.

❖ Aos docentes que na resposta anterior responderam “sim”, foi-lhes pedido que assinalassem por que razão(ões) deve ser dado feedback (questão n.º18). Os resultados foram os seguintes:

DAR FEEDBACK PARA:	
	%
a) reflexão conjunta sobre o que foi observado	81,7
b) análise dos dados recolhidos	38,3
c) encontrar eventuais estratégias de melhorias	73,3
d) outro	5

Tabela 12 – Razão (ões) pelas quais deve ser dado feedback ao observado

Verifica-se que a maioria entende que deve ser dado feedback para reflexão conjunta e para encontrar estratégias de melhoria.

❖ Aos docentes que na resposta anterior responderam “outro”, foi-lhes pedido que se pronunciassem, numa resposta aberta, sobre outras razões para que seja dado feedback da observação (questão n.º19).

Num universo de 3 respostas, 1 respondente afirma que o feedback serve para desenvolver trabalho colaborativo – “Para desenvolvimento de trabalho colaborativo” (respondente n.º68). Os restantes não fornecem razões, aproveitando a questão para manifestarem reticências (1) ou recusa aberta do processo de supervisão (1).

❖ Foi pedido aos docentes que tomassem uma posição sobre a(s) atitude(s)/ação(ões) do supervisor quando ocorre a supervisão (questão n.º20), os resultados foram os seguintes:

O SUPERVISOR DEVE	
	%
a) criar um bom clima relacional com o observado	71
b) desenvolver o espírito de reflexão, inovação e colaboração	65,2
c) identificar dificuldades que surjam	43,5
d) colaborar na procura de estratégias de melhoria	65,2
e) ter capacidade de diálogo e mediação	65,2
f) ter atitude passiva	11,6

Tabela 13 - Atitude(s)/ação(ões) do supervisor quando ocorre a supervisão

Verifica-se que as opiniões sobre atitude(s)/ação(ões) do supervisor estão divididas, mas entendem que não deve ter atitude passiva.

❖ Inquiridos os docentes sobre se consideram ser útil, antes do processo supervisivo, a clarificação das intenções da supervisão da prática letiva em sala de aula (questão n.º21), 85,5% responderam que SIM e 14,5% responderam que NÃO.

❖ Inquiridos os docentes sobre se consideram que o supervisor deve ter algum tipo de formação na área da supervisão (questão n.º22), 79,7% responderam que SIM e 20,3% responderam que NÃO.

❖ Na questão n.º23 foi perguntado quem e/ou por que razão deve ser implementada a observação de aulas, sendo os resultados os seguintes:

A OBSERVAÇÃO DE AULAS DEVE SER IMPLEMENTADA:	
	%
a) por iniciativa do Agrupamento	30,4
b) para dar resposta às recomendações da Avaliação Externa	33,3
c) pelas 2 razões anteriores	39,1

Tabela 14 – Razões para a implementação da observação de aulas

Verifica-se que as opiniões estão bastante divididas; não há ideia clara sobre quem deve e/ou por que razão implementar a observação de aulas.

❖ Perguntou-se aos docentes se consideram ser útil, no final de cada ano letivo, haver uma reavaliação do processo de supervisão da prática letiva em sala de aula (questão n.º24), 62,3% responderam que SIM e 37,7% responderam que NÃO.

Verifica-se que a maioria considera que o processo de supervisão deve ser reavaliado no final de cada ano letivo, embora os que responderam “não” representem uma percentagem significativa.

❖ Aos docentes que na resposta anterior responderam “sim”, foi-lhes pedido que se pronunciassem, numa resposta aberta, sobre quem deve fazer a reavaliação do processo de supervisão da prática letiva em sala de aula (questão n.º25).

Verifica-se que o maior número de ocorrências, num universo de 24 respondentes, foi:

- **22 afirmam que deve ser reavaliado pelos supervisores e supervisionados/todos os professores;**
- **6 pelo Conselho Pedagógico;**
- **5 pela Direção.**

❖ Foi pedido aos docentes que se pronunciassem, numa resposta aberta, sobre os requisitos a que deveria responder um dispositivo de supervisão no Agrupamento (questão n.º26).

Num universo de 22 respostas o maior número de ocorrências foi:

- **ter carácter colaborativo (6 respostas)** – *“Tal como já referido, deve responder aos seguintes requisitos: -desenvolver o espírito de reflexão, inovação e colaboração; -colaborar na procura de estratégias de melhoria”* (respondente n.º34);

- **ter carácter reflexivo (4 respostas)** – *“Ser um instrumento de melhoria da prática letiva através da reflexão conjunta”* (respondente n.º55);

- **ter carácter formativo (2 respostas)** – *“Carácter formativo”* (respondente n.º62);

- **o supervisor pertencer ao mesmo grupo disciplinar do supervisionado (3 respostas)** – *“Supervisão, entre e só professores do mesmo Grupo Disciplinar e do mesmo nível de lecionação. O Delegado de Disciplina ou algum professor do seu Grupo Disciplinar por ele destacado”* (respondente n.º22);

- **o supervisor ter formação (3 respostas)** – *“[...] o supervisor dever ter formação específica na área em que vai supervisionar e na área da supervisão”* (respondente n.º34).

Passamos agora à análise organizada em torno das questões colocadas inicialmente:

➤ Que conceção os docentes do Agrupamento Alfa têm da observação de aulas no âmbito da supervisão da prática letiva? – tabela 15;

➤ Qual o modelo de supervisão a adotar no âmbito da observação da prática letiva em sala de aula? – tabela 16.

Ressalva-se que, na elaboração das tabelas, apenas considerámos o conteúdo das respostas fechadas.

CONCEÇÃO SOBRE SUPERVISÃO DA PRÁTICA LETIVA EM SALA DE AULA/OBSERVAÇÃO
55.1% dos inquiridos considera que a supervisão não é uma intrusão do supervisor. Contudo, um número significativo de docentes considera a supervisão como uma intrusão.
Uma maioria significativa entende que supervisão é sinónimo de avaliação do desempenho do docente.
A maioria dos docentes responde que contribui para ultrapassar a rotina profissional, sendo que um número significativo de docentes se posiciona no não.
Há um equilíbrio de opinião quanto ao facto de ser uma mais-valia para a melhoria da escola.
Há um equilíbrio de opinião, embora 52.2 % dos docentes inquiridos responda que não contribui para o desenvolvimento profissional do professor observado.
Uma maioria significativa considera que o supervisor também se encontra num processo de desenvolvimento e aprendizagem.
Uma maioria significativa considera que existem preconceitos relacionados com a prática letiva em sala de aula.
As alíneas mais assinaladas são as que se relacionam com a noção de controlo: conceção de supervisão como intromissão, avaliação, fiscalização.
A maioria considera que o supervisor deve ter formação na área de supervisão.
Uma maioria significativa entende ser útil uma clarificação prévia das intenções da supervisão.

Tabela 15 – Inferências das respostas dadas relativas à conceção sobre supervisão

Tendo em conta a análise efetuada, expomos algumas conclusões em torno das seguintes categorias: definição de supervisão; finalidades da supervisão; avaliação da supervisão; condições para uma boa prática supervisiva.

1- Definição de supervisão da prática letiva em sala de aula:

Constata-se que existem preconceitos com ela relacionados e conotados com as noções de intrusão e de avaliação. Também se verifica que as noções de supervisão da prática letiva em sala de aula/observação de aulas são pouco claras, surgindo opiniões divergentes e divididas. Se, por um lado, a supervisão não é considerada como uma intrusão do supervisor (55,1% dos

respondentes), por outro aparece associada a práticas de intromissão (44,9% dos respondentes).

Para além disso, apesar de se entender que o processo supervisivo é uma intrusão e uma intromissão, considera-se que o supervisor também se encontra num processo de aprendizagem.

2- Finalidade da supervisão da prática letiva em sala de aula:

Também neste aspeto surgem opiniões pouco claras e contraditórias, pois, se predomina a opinião de que não contribui para o desenvolvimento profissional do professor (52,2% dos respondentes), 47,8% dos respondentes pensa que contribui para o desenvolvimento do observado. Para além disso, também predomina a noção de que serve para ultrapassar rotinas profissionais, mas um número significativo entende que não.

3- Avaliação da supervisão da prática letiva em sala de aula:

Decorrente do que anteriormente se afirmou, constata-se que não existe uma posição clara sobre o assunto, pois há divisão entre os que consideram que é um processo pertinente (mais-valia, contributo para o desenvolvimento profissional) e os que consideram o contrário (ser uma intrusão e não contribuir para o desenvolvimento profissional).

4- Condições de uma boa prática supervisiva:

Nesta matéria é evidente, pelos resultados supramencionados, que existe a forte convicção de que deve haver uma clarificação prévia das intenções da supervisão e de que o supervisor deve ter formação na área da supervisão.

Passaremos a elencar algumas conclusões, a partir das questões relativas ao modelo de supervisão, organizadas pelas seguintes categorias: momento de supervisão; práticas a implementar; dimensão relacional; avaliação do modelo.

MODELO DE SUPERVISÃO
Uma maioria significativa dos docentes acha que deve ser acompanhada por práticas reflexivas de ambos (observador/observado).
Uma maioria significativa entende que pode assumir carácter colaborativo entre pares.
Verifica-se que a alínea mais assinalada é a que refere que se deve articular uma tabela pré-estabelecida de aspetos a observar e um registo menos formal.
Uma maioria significativa considera que as estratégias de observação devem ser iguais para todos os observados.
Uma maioria significativa considera que o professor deve pedir observação de aulas quando não consegue resolver situações graves.
O maior número de ocorrências associa o relacionamento supervisor/supervisionado com empatia, posição de igualdade e postura não impositiva.
A maioria dos docentes inquiridos entende que a supervisão não deve seguir um calendário pré-estabelecido. Contudo, 44.9% considera que se deve seguir um calendário pré-estabelecido.
As opiniões estão divididas, embora o item mais assinalado é o refere que a supervisão é oportuna quando o professor solicitar.
Uma maioria significativa afirma que deve ser dado feedback da observação.
A maioria entende que deve ser dado feedback para reflexão conjunta e para encontrar estratégias de melhoria.
As opiniões sobre atitude/ação do supervisor estão divididas, mas entendem que não deve ter atitude passiva.
As opiniões estão bastante divididas; não há ideia clara sobre quem deve implementar a observação de aulas.
A maioria considera que o processo de supervisão deve ser reavaliado no final de cada ano letivo, embora os que dizem que não apresentam uma percentagem significativa.

Tabela 16 – Inferências das respostas dadas relativas ao modelo de supervisão

1- Momento de supervisão da prática letiva em sala de aula:

Mais uma vez se constatam posições pouco claras por parte dos inquiridos. Entendem que a supervisão deve ocorrer quando o professor a solicitar, mas, também, quando o supervisor entender necessário ou detetar algum problema. Igualmente não é muito evidente se preferem ou não um calendário pré-estabelecido.

2- Práticas a implementar:

Entende-se que a observação de aulas deverá combinar formalidade e informalidade, isto é, basear-se numa tabela pré-estabelecida de aspetos a observar, assim como um registo menos formal, como é o caso de apontamentos e notas.

Os respondentes apresentam-se assertivos quanto ao facto das estratégias de observação serem iguais para todos os observados e, ainda, quanto à necessidade de reflexão por parte do observador e do observado e de ser dado feedback após a observação, no sentido de encontrar estratégias de melhoria.

3- Dimensão relacional:

Há uma noção muito clara de que o relacionamento entre supervisor e supervisionado se deve basear numa atitude de empatia, posição de igualdade e postura não impositiva. Esta posição confirma-se quando questionados sobre a atitude/ação do supervisor, ao referirem, por exemplo, que este deve criar um bom clima relacional e desenvolver espírito colaborativo.

4- Avaliação do modelo:

No que concerne a esta questão, não existe uma opinião muito definida sobre se se deve reavaliar o processo de supervisão no final de cada ano letivo.

Depreendemos, das conclusões retiradas, que as opiniões são mais divergentes e ambíguas no que concerne à conceção de supervisão/observação de aulas e que os respondentes apresentam ideias mais claras daquilo que pretendem num modelo de supervisão.

4.2. ANÁLISE DE DOCUMENTOS

4.2.1. Sugestões dos Departamentos/Grupos Disciplinares para o Plano de Melhoria

Tal como se referiu anteriormente, a não existência de dispositivos organizados de supervisão letiva, nomeadamente na vertente de observação regular de aulas entre pares, foi apontada como ponto fraco pelas Avaliações Externas de 2008/2009 e 2012/2013. Consequentemente, a Direção e o Grupo de Autoavaliação consideraram premente a sua inclusão no Plano de Melhoria do Agrupamento, que foi elaborado em Maio de 2013. No sentido de reunir consensos, e antes de determinar as formas de supervisão no Plano de Melhoria, o Grupo de Autoavaliação consultou a comunidade escolar. Este grupo enviou a todos os Departamentos Curriculares/Grupos Disciplinares uma proposta de trabalho para que os docentes se pronunciassem e dessem sugestões para alteração e/ou melhoria. Salienta-se que a referida proposta apresentava-se muito sintética e abrangente, pretendendo-se não limitar ou coagir opiniões e, sobretudo, não ferir suscetibilidades, de molde a encontrar consensos em torno da temática. Nesse sentido, num dos itens, a palavra “supervisão” foi substituída por “acompanhamento”.

A proposta apresentada pelo Grupo de Autoavaliação era composta por três itens: a) Acompanhamento por parte dos Coordenadores de Departamento/Estabelecimento aos respetivos professores; b) Registo da supervisão; c) Disponibilização de tempos letivos para supervisão letiva aos Coordenadores de Departamento/Estabelecimento.

Apresenta-se, de seguida, uma tabela onde anotamos as respostas enviadas por oito Departamentos/Grupos Disciplinares.

SUGESTÕES	n.º ocorrências
a) Acompanhamento por parte dos Coordenadores de Departamento/Estabelecimento aos respetivos professores	
Sem alteração à proposta inicial	1
Partilha de trabalhos pela equipa de docentes, no sentido de construção de conhecimentos e reflexão	1
Acompanhar o cumprimento das planificações anuais e mensais	1
Acompanhar e analisar os resultados das avaliações formativas e sumativas	1
Acompanhamento sempre que surja uma situação extraordinária. Ex. comportamento/aproveitamento	4
b) Registo da supervisão	
Sem alteração à proposta inicial	5
Nos casos extraordinários	2
c) Disponibilização de tempos letivos para supervisão letiva aos Coordenadores de Departamento/Estabelecimento	
Sem alteração à proposta inicial	7
OUTRAS OCORRÊNCIAS	
Substituir supervisão por assessoria	2
“Supervisão da prática letiva em sala de aula - entendemos que esta medida que a Tutela pretendia impor aos professores já foi suficientemente discutida e motivo forte para contestações de toda a classe docente, portanto não vamos nós neste agrupamento de escolas estabelecê-la e aplicá-la a nós próprios.”	1
“O grupo concorda com a supervisão, desde que devidamente pensada, a nível de Conselho Pedagógico, de modo a evitar uma supervisão tornada avaliação.”	1
“Não nos parece necessário e viável tal proposta.”	1
Concordância explícita com a supervisão	1

Tabela 17 – Sugestões sobre supervisão para Plano de Melhoria

Conclusões:

✓ a supervisão da prática letiva em sala de aula é aceite pela maioria dos Departamentos Curriculares/Grupos Disciplinares, de forma implícita ou explícita – 6 em 8 respostas. No entanto, um grupo significativo de respostas (4 em 8) considera que só deve acontecer em situações extraordinárias, relativas a aproveitamento ou comportamento. Deste modo, parece-nos que há algum receio de “abrir a porta da sala” de forma regular;

✓ a resposta dada por 1 Departamento é ambígua, pois entendem que a supervisão da prática letiva em sala de aula não deve ser aplicada no Agrupamento Alfa, propondo medidas tais como acompanhamento do cumprimento das planificações e análise dos resultados das avaliações. Parece-nos, então, que a rejeição será relativa à observação de aulas. Deste modo, é nosso entendimento que não há, neste Departamento, clarificação quanto ao conceito de supervisão da prática letiva em sala de aula;

✓ na generalidade, não se relaciona supervisão com trabalho reflexivo, colaborativo e de construção do conhecimento, pois apenas num dos departamentos se faz essa associação;

✓ parece-nos que, para alguns docentes, a palavra supervisão “carrega” uma conotação negativa, pois prefere-se utilizar um outro termo – assessoria;

✓ a implementação da supervisão não é entendida, por alguns, como uma necessidade do Agrupamento, mas como uma imposição da tutela. Chega-se mesmo a generalizar a sua rejeição a toda a classe docente – “[...] *motivo forte para contestações de toda a classe docente.*”;

✓ existe a preocupação de esclarecer o conceito de supervisão e de não a conotar com avaliação – “[...] *devidamente pensada, a nível de Conselho Pedagógico, de modo a evitar uma supervisão tornada avaliação.*”

4.2.2. Análise dos registos de observação de aulas

O processo de supervisão da prática letiva, na modalidade de observação de aulas, decorreu ao longo do ano transato, com a observação pelo Coordenador de cada Departamento Curricular de uma aula por período a cada docente do seu Departamento, da qual resulta um registo em documento próprio. Essa ficha contempla 2 itens – Conteúdos Tratados e Observações, onde não estão definidos aspetos a serem registados.

De seguida apresentam-se duas tabelas com os aspetos que foram registados, nas fichas de registo de observação de aulas, por Departamento Curricular, nos dois itens mencionados: Conteúdos Tratados e Observações.

ITEM – CONTEÚDOS TRATADOS

Departamento Curricular / n.º observações	I	II	III	IV	V	VI
Aspetos observados	(9)	(72)	(49)	(71)	(54)	(47)
Conteúdos tratados/cumprimento planificação	9	67	49	71	54	45
Relacionamento Professor/Aluno		8				
Motivação/envolvimento crianças	5					
Comportamento dos alunos		66				
Aproveitamento/aprendizagens		47				

Tabela 18 – Síntese dos aspetos registados nas fichas de observação de aulas (item-conteúdos)

Verifica-se:

- todos os Coordenadores de Departamento assinalam os conteúdos tratados ou o cumprimento da planificação e praticamente em todas as folhas de registo;

- para além dos conteúdos e cumprimento da planificação, apenas o Departamento I e II registam outros itens.

ITEM – OBSERVAÇÕES

Departamento Curricular / n.º observações	I	II	III	IV	V	VI
Aspetos observados	(9)	(72)	(49)	(71)	(54)	(47)
Nada a registar/normal funcionamento		1	49	71		42
Comportamento		28				
Autonomia/responsabilidade dos alunos		11				
Aproveitamento		17				
Dinâmica da aula		9				
Conteúdos tratados/cumprimento planificação		26				2
Casos particulares de alunos		24				
Atenção e participação dos alunos				63		
Momento de escuta e partilha no departamento	9					
Alunos solicitam ajuda professor				3		
Realização de atividade experimental				1		
Relacionamento professor/aluno				70		

Tabela 19 – Síntese dos aspetos registados nas fichas de observação de aulas (item-observações)

Verifica-se:

- 4 Departamentos Curriculares assinalam que não houve nada a registar, sendo que 3 o fazem em todas ou praticamente todas as fichas de observação;
- 1 Departamento Curricular regista que houve momento de partilha entre os intervenientes;
- 1 Departamento Curricular não faz qualquer tipo de registo. Note-se que neste Departamento são os próprios docentes observados que preenchem a ficha de observação, limitando-se o supervisor a assiná-la;
- em 2 Departamentos Curriculares assinalam-se situações que ocorreram e que foram percepcionadas durante a aula.

Conclusões:

- ✓ não existe uniformidade entre os Departamentos relativamente aos aspetos a serem observados e assinalados em cada aula, tanto no que diz respeito ao item “Conteúdos” como ao “Observações”. Os aspetos observados em cada um dos registos são escolhidos, por cada coordenador de departamento, sem uniformização;
- ✓ denota-se também alguma ambiguidade sobre o que registar no item “Conteúdos”, já que surgem outras menções para além dos conteúdos programáticos, como é o caso das relativas ao comportamento ou aproveitamento dos alunos. Neste caso, pode pressupor-se que os supervisores sentiram necessidade de outros itens a serem observados e que não constam da ficha de observação;
- ✓ apenas num dos sete Departamentos se depreende que houve feedback e reflexão após a observação, ao mencionar-se que houve momento de partilha dentro do Departamento;
- ✓ consideramos, pois, que as fichas de observação são lacunares, ao verificar-se que os Coordenadores preenchem outro tipo de informação que não está prevista no item. Deste modo, a ficha não está adequada às necessidades de observação.

4.2.3. Análise de Relatórios de Final de Ano de Coordenadores de Departamento

No final de cada ano letivo, os Coordenadores de cada Departamento Curricular redigem um Relatório. Procedemos à leitura dos Relatórios concernentes ao ano letivo transato e retirámos os aspetos que dizem respeito à supervisão, que apresentamos em forma de tabela.

DEPARTAMENTO I
<ul style="list-style-type: none"> • alusão à calendarização das observações e dificuldades de implementação • disponibilidade do Coordenador na resolução de situações colocadas pelos colegas • atenção às turmas que necessitam de maior apoio/orientação • articulação com Coordenadores de Departamento e Direção
DEPARTAMENTO II
<ul style="list-style-type: none"> • referência ao processo formal de supervisão: calendarização, preocupação em diversificar turma/ano nas observações a cada docente • a supervisão consistiu na “observação e feedback de carácter informal, focando-se em aspetos específicos, nomeadamente no que se refere ao clima em sala de aula, interação professor/aluno, comportamentos na sala de aula e envolvimento dos alunos nas atividades escolares” • a supervisão é considerada como um trabalho colaborativo • o coordenador considerou ter sido um processo de aprendizagem e mais valia para a sua atividade profissional
DEPARTAMENTO III
<ul style="list-style-type: none"> • referência à elaboração do cronograma de observação de aulas • a supervisão foi promovida num espírito colaborativo
DEPARTAMENTO IV
<ul style="list-style-type: none"> • transcrição do cronograma de observação de aulas • referência à avaliação do desempenho docente (ADD), apesar de existir um item para o efeito no Relatório • momentos pessoais muito enriquecedores • em regra, 50 minutos de observação • total colaboração dos envolvidos
DEPARTAMENTO V
<ul style="list-style-type: none"> • tudo decorreu normalmente • foram supervisionados todos os docentes do departamento
DEPARTAMENTO VI
<ul style="list-style-type: none"> • cumprimento do cronograma de observação de aulas • momentos de escuta, interajuda e partilha de informação entre pares

Tabela 20 – Menção à supervisão nos Relatórios de Coordenação

Verifica-se:

- 3 Coordenadores entendem que foi promovido um espírito colaborativo, sendo que apenas 1 especifica que se trataram de momentos de escuta, interajuda e partilha interpares;
- 1 refere que houve feedback de tipo informal;
- 1 afirma ter sido um processo de aprendizagem e mais-valia para a sua atividade profissional, enquanto outro refere que foram momentos pessoais muito enriquecedores;
- 1 inclui a avaliação do desempenho docente no processo de observação de aulas de carácter regulatório.

Conclusões:

- não percebemos se todos os Coordenadores têm o mesmo conceito sobre trabalho colaborativo – por ex. no Departamento III afirma-se que houve espírito colaborativo, mas não há qualquer referência a momentos de reflexão ou partilha após a observação;
- não se denota a existência de feedback após a observação, a não ser num dos Departamentos em que se refere que foi de tipo informal e noutro poderá ter existido quando se indica: “articulação com Coordenadores de Departamento e Direção”;
- não se percebe se os Coordenadores entendem que o dispositivo de observação de aulas constitui um processo de mais-valia profissional e institucional, a não ser num deles;
- existe, pelo menos no caso de um dos Coordenadores, a confusão entre ADD e observação de aulas de carácter regulatório.

5. CONCLUSÕES EXTRAÍDAS DO ESTUDO EMPÍRICO

Relembramos aqui as questões de partida deste estudo:

- **Que concepção os docentes do Agrupamento Alfa têm da supervisão da prática letiva em sala de aula, nomeadamente na vertente observação de aulas?**
- **Qual o modelo de supervisão a adotar no âmbito da observação da prática letiva em sala de aula?**

Tendo em conta esta problemática, e com base na análise efetuada no ponto anterior deste estudo, elencamos os principais pontos fracos e fortes, assim como as nossas conclusões gerais.

No que diz respeito à primeira questão colocada, consideramos que, em geral, há aceitação da supervisão da prática letiva em sala de aula. No entanto, é premente a clarificação quanto ao conceito de supervisão, já que:

- ✓ Existem algumas incoerências no discurso manifestado pelos inquiridos: por um lado, não consideram a supervisão como uma intrusão do supervisor e, por outro, associam-na a intromissão; se uns consideram que serve para fazer ultrapassar rotinas profissionais, outros opinam também que não contribui para o desenvolvimento do professor observado; por um lado, entendem que não contribui para o desenvolvimento profissional do observado e, por outro, que o supervisor se encontra num processo de desenvolvimento e aprendizagem;

- ✓ Existem noções pouco corretas e/ou pouco claras quanto à definição e finalidade da supervisão, assim como quanto à avaliação de um processo supervisão.

- ✓ Para além disso, emergiu a necessidade da formação dos supervisores na área da supervisão.

No que concerne ao modelo de supervisão a adotar no âmbito da observação da prática letiva em sala de aula, que constitui a segunda questão colocada, concluímos que o modelo de supervisão da prática letiva em sala de aula na vertente observação de aulas que está a ser praticado deverá ser reformulado, pois:

- ✓ não é consensual e não espelha os conceitos que os respondentes do questionário manifestaram ter sobre supervisão/observação de aulas. Apesar dos docentes considerarem que a observação de aulas deve ser acompanhada por práticas reflexivas, que deve assumir carácter colaborativo entre pares e que deve ser dado feedback da observação, tal parece não se verificar no Agrupamento Alfa;

- ✓ o registo de observação não é coincidente com a opinião que os respondentes do questionário têm dele: não alia uma tabela pré-estabelecida de aspetos a registar com um registo menos formal; não existe uniformização dos aspetos observados a nível dos vários Departamentos Curriculares; a ficha de observação parece-nos que não responde às necessidades de observação dos supervisores.

Do que anteriormente foi explanado, consideramos que existem algumas noções incorretas e pouco claras e que o dispositivo de observação de aulas que existe tem essencialmente um carácter formal, não advindo dele feedback e trabalho colaborativo. Não parece ser profícuo e não contribui verdadeiramente e de forma explícita, quer para o desenvolvimento profissional, quer para a melhoria da instituição escolar. Trata-se de um gasto de energia, do qual não resulta o efeito desejado.

Consideramos então que, no Agrupamento Alfa, há necessidade de esclarecimento sobre supervisão da prática letiva em sala de aula, sobretudo na vertente de observação de aulas, e uma reformulação do modelo de observação de aulas que se encontra em vigor. Estas ações de melhoria irão beneficiar da abertura dos vários docentes que manifestaram entender a supervisão da prática letiva em sala de aula, nomeadamente na vertente de

observação de aulas, como um trabalho de pendor colaborativo e formativo, encarado numa perspetiva de desenvolvimento profissional e institucional.

Evidentemente que a implementação de um dispositivo de supervisão com aquelas características dependerá não só do reconhecimento da importância e utilidade do mesmo pelos docentes em geral, mas, em grande parte, pelas lideranças intermédias. Estas têm um papel fundamental tanto na sensibilização como na implementação de todo o processo.

4.ª PARTE

PLANO DE AÇÃO/CONCLUSÕES E REFLEXÕES FINAIS

6. AÇÕES SUGERIDAS

Os objetivos do plano de ação são os de propor ações de melhoria para os pontos detetados como menos positivos na nossa investigação. Elencamos, de forma sintética, as propostas a serem implementadas no Agrupamento Alfa, determinando os intervenientes, calendarização e monitorização para cada ação de melhoria proposta.

PLANO DE AÇÃO			
AÇÕES / OBJETIVOS	INTERVENIENTES	CALENDARIZAÇÃO	MONITORIZAÇÃO
<p>1 Informação sobre supervisão em reunião geral de docentes. Sugerimos a apresentação de um <i>powerpoint</i> que se encontra em apêndice (ver Apêndice 4).</p> <p>Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none">- Esclarecer o conceito de supervisão da prática letiva em sala de aula;- Estabelecer a diferença entre observação de aulas com carácter avaliativo e observação de aulas com carácter regulatório/formativo;- Enquadrar a observação de aulas, na sua vertente formativa e de trabalho colaborativo, como uma mais-valia para o desenvolvimento profissional do docente;- Reconhecer a observação de aulas como uma mais-valia para o desenvolvimento da instituição escolar.	<ul style="list-style-type: none">- Professor responsável pela apresentação- Educadores/docentes	<ul style="list-style-type: none">- Setembro 2016	<ul style="list-style-type: none">- Lista de presenças- Plano Anual de Atividades

<p>2- Formação sobre supervisão da prática letiva em sala de aula (ver Apêndice 5)</p> <p>Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Adquirir conhecimentos na área da supervisão da prática letiva em sala de aula, sobretudo na vertente de observação de aulas; - Esclarecer conceitos de supervisão da prática letiva em sala de aula; - Promover uma conceção de observação de aulas relacionada com práticas reflexivas e colaborativas; - Compreender a supervisão como um processo de desenvolvimento profissional; - Elaborar propostas de modelo de supervisão em sala de aula; - Produzir instrumentos de recolha de dados de observação de aulas; - Conhecer diversos tipos de avaliação de um processo supervisivo; - Elaborar propostas de avaliação de um processo supervisivo; - Promover e incentivar a auto-reflexão. 	<ul style="list-style-type: none"> - Coordenador de Formação - Formador - Educadores/ Docentes 	<ul style="list-style-type: none"> - Início do 1.º Período 	<ul style="list-style-type: none"> - Plano de Formação - Inquéritos formandos
<p>3- Análise, em cada Departamento Curricular, dos modelos de supervisão construídos pelos formandos na Oficina de Formação (Ação 2).</p> <p>Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Encontrar o modelo mais consensual do dispositivo de observação de aulas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Educadores/ Docentes 	<ul style="list-style-type: none"> - Após a conclusão da Oficina de Formação 	<ul style="list-style-type: none"> - Atas Departamento

<p>4- Fixação do modelo de observação de aulas em reunião de Coordenadores de Departamento/supervisores, a partir das sugestões dos Departamentos (Ação 3).</p> <p>Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Partilhar as sugestões dadas em Departamento sobre o modelo de observação a adotar; - Construir o modelo de supervisão a implementar; - Elaborar as fichas de observação a serem utilizadas no Agrupamento; - Estabelecer alguma uniformização de procedimentos. 	<p>- Coordena- dores de Depart.º/ supervisores</p>	<p>- Após reuniões de Depart.º</p>	<p>- Ata</p>
<p>5- Momentos de reflexão periódica em reunião de Departamento Curricular e/ou Grupo Disciplinar, decorrentes da observação de aulas</p> <p>Objetivos :</p> <ul style="list-style-type: none"> - Discutir aspetos que possam ser melhorados nas aulas, sem discriminação de casos particulares, trocando experiências e materiais pedagógicos. 	<p>- Educadores/ Docentes</p>	<p>- Final de cada Período Letivo</p>	<p>- Atas</p>
<p>6- Avaliação anual do dispositivo de supervisão em reunião de Departamento Curricular e em Conselho Pedagógico</p> <p>Objetivos :</p> <ul style="list-style-type: none"> - Refletir individualmente e em conjunto sobre a observação, na perspetiva do observado e na do observador; - Propor eventuais ações de melhoria; - Proceder a eventuais ações de melhoria para o ano letivo subsequente. 	<p>- Educadores/ Docentes</p> <p>- Conselho Pedagógico</p>	<p>- Final de cada ano letivo</p>	<p>- Atas</p>

Tabela 21 – Plano de Ação

Passaremos agora a especificar, de forma mais detalhada, algumas das ações propostas na tabela anterior.

Ação 2- Formação em supervisão da prática letiva em sala de aula, integrada no Plano de Formação do Agrupamento. Esta formação surge da constatação da necessidade de informação/formação na área da supervisão da prática letiva em sala de aula, sobretudo na vertente de observação de aulas, assim como da necessidade da reformulação do modelo de observação de aulas que se encontra em vigor no Agrupamento. A mesma deverá ter em conta as propostas dos respondentes do questionário, a saber:

- Propostas para reformulação da ficha de observação de aulas;
- Definição de estratégias de observação iguais/idênticas para os observados;
- Definição mais clara sobre o calendário de observação – se deve seguir ou não uma calendarização pré-estabelecida;
- Proceder a feedback após observação para reflexão conjunta entre supervisor e supervisionado, no sentido de encontrar estratégias de melhoria.

Será desenvolvida na modalidade de Oficina de Formação destinada a educadores e docentes do ensino básico. Outros aspetos ligados à referida Formação, tais como conteúdos a desenvolver e metodologia a adotar, poderão ser consultados no Apêndice 5.

No que diz respeito à elaboração de uma nova ficha de observação de aulas, que seria construída na formação e para evitar a dispersão de ideias, facultar-se-ia aos formandos, a título de documento de trabalho, uma ficha com algumas sugestões. Esta seria composta por uma série de aspetos a observar, solicitando-se aos docentes que seleccionassem os mais relevantes e que fizessem as alterações que entendessem convenientes à estrutura da mesma. Para além disso, seria proposta a construção de uma outra ficha a ser preenchida num momento após a observação, onde se registariam o feedback da observação, a reflexão do professor observado e aspetos a melhorar.

Apresentamos, de seguida, as referidas fichas que constituiriam a base de trabalho.

FICHA DE OBSERVAÇÃO DE AULA			
Departamento _____			
Ano/Turma _____	Aula de _____	____º Tempo letivo	
Data ____/____/____			
Professor supervisionado: _____			
Professor supervisor: _____			
Tempo de observação: _____			

	Aspetos a assinalar:	Sim	Não	Não Obs
Clima Relacional / de sala de aula	Existem evidências de respeito entre o professor e os alunos			
	Denota-se, da parte do professor, capacidade relacional de comunicação			
	Atende às solicitações de ajuda dos alunos			
	Envolve-se na resolução de dificuldades dos alunos			
	Evidencia equilíbrio no exercício da autoridade			
	As relações interpessoais assentam num clima de respeito			
	O exercício da autoridade é equilibrado para o cumprimento de regras			
	Não inferioriza alunos			
	Existe clima de tranquilidade para o desenvolvimento das atividades de aula			
	Existe clima de tolerância de opiniões diversas			
	Ouve atentamente os alunos			
	O clima de sala de aula é favorável ao desenvolvimento da aprendizagem			
	Trata os alunos de forma equitativa			
Comportamento	Gere, de forma eficaz, os comportamentos inadequados			
	Promove regras de convivência democrática			
	Consegue gerir conflitos			
	Consegue manter a disciplina			

	Promove as regras de respeito mútuo em debate de ideias			
	As regras são respeitadas pelos alunos			
	O professor cumpre as regras			
	Os alunos participam de forma ordenada			
	Os alunos respeitam-se mutuamente			
	Controla a turma de forma preventiva			
	Existe um mínimo de comportamentos inadequados			
Processo Ensino-Aprendizagem	Motiva os alunos para os assuntos a abordar			
	Responde de forma apropriada às questões dos alunos			
	Apresenta os conteúdos de forma coerente			
	Adequa, com flexibilidade, o processo ensino-aprendizagem			
	O processo ensino-aprendizagem adequa-se ao ritmo da turma			
	Utiliza linguagem clara e adequada			
	Gere adequadamente o tempo de aula			
	Há envolvimento dos alunos no processo de aprendizagem			
	Apoia os alunos de acordo com as suas necessidades			
	Reage e adapta-se ao nível de atenção dos alunos			
	Envolve os alunos no processo de aprendizagem			
	Estimula a participação dos alunos de forma equilibrada			
	Solicita a intervenção dos alunos menos participativos			
	Solicita/estimula a participação dos alunos			
	Adequa as estratégias de ensino à turma			

Outros aspetos a salientar:

O supervisor,

GRELHA DE FEEDBACK DE OBSERVAÇÃO DE AULA

Departamento _____

Data da observação ___/___/___

Ano/Turma _____ Aula de _____ ____º Tempo letivo

Professor supervisionado: _____

Professor supervisor: _____

Aspetos a realçar pelo supervisor:

Aspetos que o supervisionado entende que poderiam ser melhorados:

Ações de melhoria:

O supervisor,

O supervisionado,

Data ___/___/___

Da frequência da Oficina de Formação, resultariam vários modelos de supervisão da prática letiva em sala de aula construídos pelos formandos. Estes seriam levados aos Departamentos Curriculares para serem analisados (Ação 3).

Ação 6- Avaliação anual do dispositivo de supervisão. Em reunião de Departamento Curricular, refletir-se-ia sobre o dispositivo de supervisão implementado ao longo do ano letivo, tanto na perspectiva dos supervisores como dos supervisionados. Propomos, então, o preenchimento de uma ficha (doc.1) que se encontra nas duas páginas seguintes. Posteriormente, as reflexões e eventuais propostas de melhoria seriam enviadas para o Grupo de Autoavaliação do Agrupamento, procedendo este à compilação dessa informação que constaria do Relatório de Autoavaliação do Agrupamento. Para a referida compilação, propomos o preenchimento de uma ficha (doc. 2) pelo Grupo de Autoavaliação e que se encontra nas páginas 72 e 74.

Seria então apresentada, em Conselho Pedagógico, a compilação e monitorização da informação recolhida pelo Grupo de Autoavaliação, seguida de discussão de ideias e eventuais propostas de melhoria para o ano letivo subsequente.

LOGOTIPO INSTITUIÇÃO

Ano Letivo 20____/ 20____

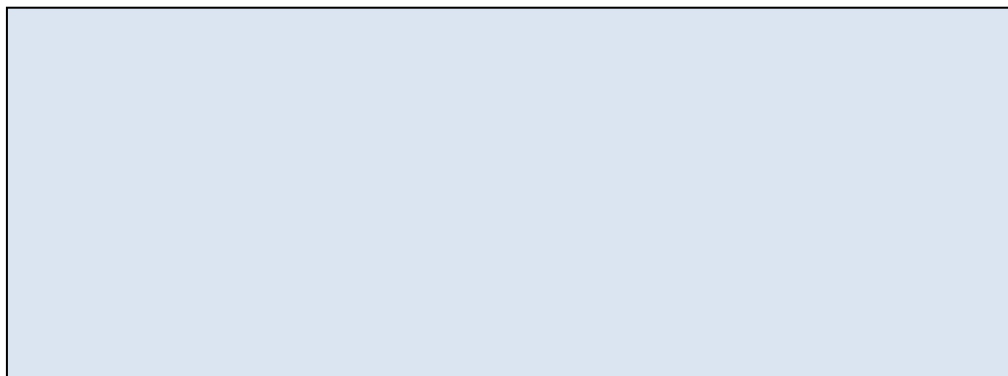
Reunião de _____ / Reflexão Individual do
Coordenador de _____

AVALIAÇÃO ANUAL DO DISPOSITIVO DE SUPERVISÃO/OBSERVAÇÃO DE
AULAS

A partir de uma reflexão conjunta sobre o dispositivo de supervisão/observação de aulas que decorreu no ano letivo 20____/ 20____, o Departamento Curricular deve pronunciar-se sobre os indicadores inscritos na tabela, assinalando com um X:

INDICADORES				Sugere-se melhoria	
	Sim	Não	Verifica-se parcialmente	Sim	Não
1- Existe necessidade de esclarecer o conceito de supervisão da prática letiva em sala de aula?					
2- A observação de aulas é assumida com carácter regulatório/formativo?					
3- A observação de aulas desenvolveu-se num espírito colaborativo?					
4- A supervisão é encarada como uma mais-valia para o desenvolvimento do docente e da instituição escolar?					
5- As estratégias de observação foram iguais/idênticas para os observados?					
6- Foi dado feedback após cada observação?					
7- Foi respeitado o calendário de observação previsto?					
8- Verificou-se um bom clima relacional entre observador e observado?					
9- Foi disponibilizada formação em supervisão?					
10- Devem ser introduzidas alterações no dispositivo?					

Se foi assinalado sim nas sugestões de melhoria, indique(m) quais as estratégias que o Agrupamento deveria implementar para colmatar os aspetos menos positivos.



O Coordenador,

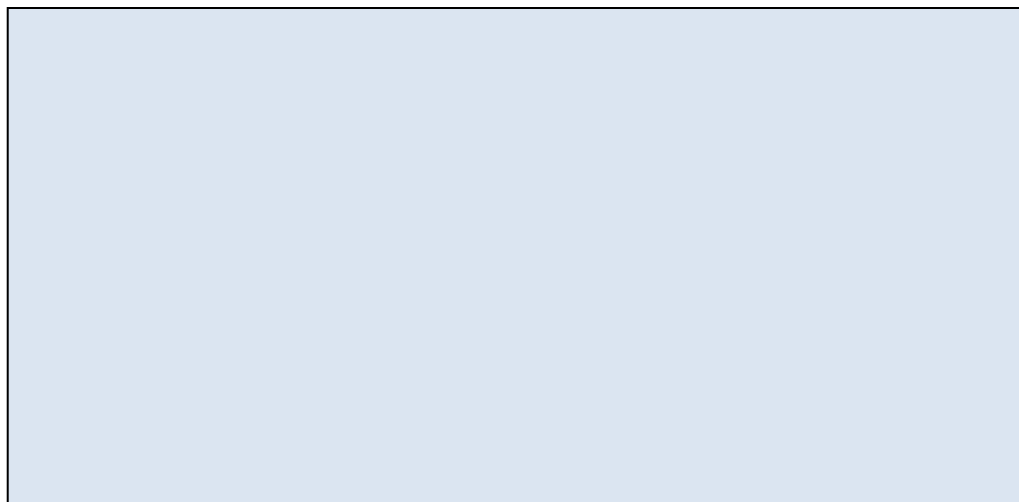
_____ / _____ / _____

COMPILAÇÃO DA AVALIAÇÃO DO DISPOSITIVO DE
SUPERVISÃO/OBSERVAÇÃO DE AULAS

A partir da reflexão conjunta sobre o dispositivo de supervisão/observação de aulas que decorreu no ano letivo 20____/ 20____, os Departamentos Curriculares pronunciaram-se sobre alguns indicadores. Apresenta-se a compilação das opiniões / sugestões dadas.

INDICADORES	N.º ocorrências			Sugere-se melhoria/ N.º ocorrências	
	Sim	Não	Verifica-se parcialmente	Sim	Não
1- Existe necessidade de esclarecer o conceito de supervisão da prática letiva em sala de aula?					
2- A observação de aulas é assumida com carácter regulatório/formativo?					
3- A observação de aulas desenvolveu-se num espírito colaborativo?					
4- A supervisão é encarada como uma mais-valia para o desenvolvimento profissional do docente e da instituição escolar?					
5- As estratégias de observação foram iguais/idênticas para os observados?					
6- Foi dado feedback após cada observação?					
7- Foi respeitado o calendário de observação previsto?					
8- Verificou-se um bom clima relacional entre observador e observado?					
9- Foi disponibilizada formação em supervisão?					
10- Devem ser introduzidas alterações no dispositivo?					

O Grupo de Autoavaliação procedeu à compilação das estratégias sugeridas para colmatar os aspetos menos positivos.



O Coordenador do Grupo de Autoavaliação,

_____/_____/_____

DOC. 3 - Compilação da avaliação do dispositivo de supervisão/observação de aulas

Em todo este processo, destacamos um cuidado que deve ser tido em conta: a preocupação primordial deverá ser a de envolver todos na implementação deste Plano de Ação, seja no debate de ideias ou na tomada de decisões. O Plano só surtirá os efeitos desejados se o processo for entendido, negociado e não imposto, pois, desta forma, será mais facilmente aceite e naturalizado na vida no Agrupamento.

7. CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em termos de fundamentação teórica, defendemos neste trabalho a implementação de um dispositivo de observação de aulas, no âmbito da supervisão da prática letiva em sala de aula, que deverá ser encarada na perspectiva regulatória e formativa e não avaliativa.

A observação de aulas que aqui propomos tem como pressuposto o trabalho colaborativo entre pares, sem preconceitos, a partir da reflexão conjunta, troca de experiências e eventualmente de materiais pedagógicos. Para tal, o ambiente supervisor/supervisionado deve estruturar-se num clima de confiança mútua e de abertura e disponibilidade de ambas as partes. Só assim, o processo de supervisão/observação de aulas contribuirá para a melhoria profissional do docente e da instituição, com repercussões nas aprendizagens dos alunos.

Ao analisar as respostas do questionário, houve situações que nos levantaram dúvidas. Consideramos que, num futuro questionário a ser aplicado sobre a temática do presente estudo, deveriam ser colocadas novas perguntas com respostas mais dirigidas e diretas, de forma a poderem ser retiradas conclusões mais inequívocas. No questionário que foi aplicado, algumas perguntas poderão ter induzido em erro e outras poderiam ter sido colocadas, como por exemplo:

- Na questão 4.2, em que se pergunta como é que a supervisão da prática letiva em sala de aula na perspectiva de observação de aulas é, em geral, entendida, deveria ser substituída por o que é que cada um entende;

- Na questão 6, na qual se questiona sobre preconceitos relacionados com a supervisão da prática letiva em sala de aula, a palavra preconceito foi mal escolhida. Talvez possa ter havido ambiguidade no que se entende por preconceito;

- Faltou colocar uma questão sobre a aceitação da implementação da supervisão no Agrupamento Alfa.

Com este trabalho pretendemos esclarecer a situação vivida num Agrupamento de escolas no que diz respeito à supervisão da prática letiva em sala de aula, com o intuito de modificar a realidade. Propomos um Plano de Ação que decorre do conhecimento da realidade a partir dos documentos consultados e do questionário aplicado aos seus docentes.

Esperamos contribuir, com este humilde trabalho, com um “tijolo” mais bem sustentado para o esforço de melhoria do Agrupamento Alfa, que é apanágio daquela instituição de ensino.

Temos ainda a esperança de que este trabalho sirva de ponto de partida para a revisitação, mais ou menos frequente, da análise do dispositivo de supervisão da prática letiva em sala de aula na vertente observação de aulas. Essa situação poderia passar por proceder a outro tipo de estudos. Um deles seria perceber a evolução da adesão dos docentes à implementação do dispositivo superviso e a sua naturalização na vida do Agrupamento e verificar se existe clarificação de conceitos. Um outro estudo incidiria sobre a relação entre desenvolvimento da supervisão da prática letiva em sala de aula e as lideranças que aí existem; neste caso, procurar-se-ia aferir se existem estilos de desenvolvimento do dispositivo de supervisão dependendo do Coordenador de Departamento.

Uma outra sugestão é a de realizar o mesmo tipo de questionário, mas com um outro formato, que permita associar a idade dos respondentes e anos de docência às concepções que apresentam sobre o tema em estudo.

Consideramos que a implementação de um dispositivo de observação de aulas é um desafio que se coloca ao Agrupamento Alfa e que o seu sucesso depende do envolvimento e compromisso de todos os docentes, assim como de uma atitude proativa das lideranças.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alarcão I. (Org.), (1996). *Formação Reflexiva de professores: Estratégias de Supervisão*. Porto: Porto Editora.
- Alarcão, I., & Canha, B. (2013). *Supervisão e Colaboração: uma relação para o desenvolvimento*. Porto: Porto Editora.
- Alarcão, I., & Roldão, M. (2008). *Supervisão: um contexto de desenvolvimento profissional dos docentes*. Mangualde: Edições Pedagogo.
- Alarcão, I., & Tavares, J. (2003). *Supervisão da Prática Pedagógica: uma perspetiva de desenvolvimento e aprendizagem*. Coimbra: Almedina, Coleção de Ciências da Educação e Pedagogia.
- Bardin, L. (1979). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bell, J. (2010), *Como Realizar um Projeto de Investigação*. 5.ª Edição. Lisboa: Gradiva Publicações
- Correia, S. (2011). *Abrir a Sala de Aula: Observar para Auto-avaliar a Escola*. In Machado, E., Alves, P., Gonçalves, F. (Org.), (2011). *Observar e Avaliar as Práticas Docentes*. De Facto Editores.
- Cruz, I. (2011). *Potenciar as Práticas de Observação de Aulas – Supervisão e Colaboração*. In Machado, E., Alves, P., Gonçalves, F. (Org.), (2011). *Observar e Avaliar as Práticas Docentes*. De Facto Editores.

Hargreaves, A. (1998). *Os professores em tempos de mudança: O trabalho e a cultura dos professores na Idade Pós-Moderna*. Alfragide: McGraw-Hill.

Lima, J. (2002). *As Culturas Colaborativas nas Escolas. Estruturas, processos e conteúdos*. Porto, Porto Editora.

Machado, E., Alves, P., Gonçalves, F. (Org.), (2011). *Observar e Avaliar as Práticas Docentes*. De Facto Editores.

Oliveira-Formosinho, J. (Org.), (2002). *A Supervisão na Formação de Professores II: Da Organização à Pessoa*. Porto: Porto Editora.

Ramos, M. & Gonçalves, R. (1996). As narrativas autobiográficas do professor como estratégia de desenvolvimento e a prática da supervisão. In I. Alarcão (Org.), *Formação reflexiva de professores: Estratégias de supervisão*. Porto: Porto Editora.

Silva, L., & Roldão, M. (2015). *Supervisão e Consultoria num contexto de formação – um estudo com professores do 1.º Ciclo*. In Alves, J. & Roldão, M. (Org.), (2015). *Escolas e Consultorias-Percursos de desenvolvimento*. Universidade Católica Editora, Porto, Abril 2015

Stake, R. (2012). *A Arte da Investigação com Estudos de Caso*. 3.ª Edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Legislação

Decreto-Lei N.º 137/2012

Outros documentos

Avaliação Externa das Escolas – Relatórios Agrupamento Alfa, 2009 e 2013

Avaliação Externa das Escolas – Relatórios de Acompanhamento da Ação Educativa dos Anos Letivos 2012/2013 e 2013/2014

Avaliação Externa das Escolas – Relatórios Agrupamentos de Escolas e Escolas não agrupadas dos anos letivos 2011/2012, 2012/2013, 2013/2014 e 2014/2015

Beleza, Ana Paula (2015). *Supervisão/Observação da Prática Letiva em Sala de Aula – Uma implementação lenta e difícil*. Trabalho apresentado na Unidade Curricular de Educação, Sociedade e Sistemas Educativos. s.n.

Jornal Público, (13/03/2015). Avaliação das Escolas vai incluir observação de aulas. Retirado de em <http://www.publico.pt/sociedade/noticia/avaliacao-das-escolas-vai-incluir-observacao-de-aulas-1689049?page=-1>, em 30/05/2015

Ministério da Economia, Inovação e Desenvolvimento, 2010. *Futuro da Estratégia de Lisboa-Estratégia “UE2020”- contributo de Portugal*. Retirado de <http://www.dges.mctes.pt/NR/rdonlyres/955D4EFD> em 5 de outubro de 2015

Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas Alfa 2013/16

Plano de Melhoria do Agrupamento de Escolas Alfa 2013/2017

APÊNDICES

Apêndice 1- Referentes Externos e Internos – Construção do Questionário

Externos:

A) Administração Central - Decreto-*Lei* n.º 137/2012, de 2 de julho.

- Artigo 43.º [...] 5 — O coordenador de departamento curricular deve ser um docente de carreira detentor de formação especializada nas áreas de supervisão pedagógica, avaliação do desempenho docente ou administração educacional.
- CAPÍTULO IV Organização pedagógica SECÇÃO I Estruturas de coordenação e supervisão

1 — Com vista ao desenvolvimento do projeto educativo, são fixadas no regulamento interno as estruturas que colaboram com o conselho pedagógico e com o diretor, no sentido de assegurar a coordenação, supervisão e acompanhamento das atividades escolares, promover o trabalho colaborativo e realizar a avaliação de desempenho do pessoal docente.

2 — A constituição de estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica visa, nomeadamente: a) A articulação e gestão curricular na aplicação do currículo nacional e dos programas e orientações curriculares e programáticas definidos a nível nacional, bem como o desenvolvimento de componentes curriculares por iniciativa do agrupamento de escolas ou escola não agrupada; b) A organização, o acompanhamento e a avaliação das atividades de turma ou grupo de alunos; c) A coordenação pedagógica de cada ano, ciclo ou curso; d) A avaliação de desempenho do pessoal docente.

B) Investigação:

“A prática reflexiva representa um processo poderoso no desenvolvimento das interações no âmbito da supervisão, no sentido do desenvolvimento profissional e da renovação da escola.” Oliveira Formosinho, (2002, pág. 115)

QUESTÃO: A supervisão deve ser acompanhada por práticas reflexivas do observador e do observado?

“O supervisor tem como primeira meta facilitar o desenvolvimento do professor mas, ao fazê-lo (ao ajudar a ensinar), também o supervisor se desenvolve porque, tal como o professor, aprende ensinando” Alarcão (1996, pág.92)

“Mas também o supervisor ou orientador da prática pedagógica se encontra, ele próprio, num processo de desenvolvimento e aprendizagem.” Alarcão e Tavares (2013, pág.45)

QUESTÃO: Considera que o supervisor se encontra também num processo de desenvolvimento e aprendizagem? S / N

“Existem várias tipologias de observação (V. Cangelosi, 1991, e Day, 1990, entre outros). Pela sua simplicidade e facilidade de compreensão e uso, adótamus a tipologia utilizada em Estela (1986). Este autor subdivide a observação em observação ocasional, observação sistemática e observação naturalista.” Alarcão (1996, pág.110)

“Um dos problemas que se põem ao supervisor é saber como deve observar, que estratégias de observação deve utilizar. Será necessário proceder a uma observação sistemática, utilizar um instrumento devidamente validado ou bastará recorrer ao método menos sofisticado de tirar notas? No caso de se decidir pela utilização de um instrumento, que tipo de instrumento utilizar? No caso de notas, como tirá-las?” Alarcão e Tavares (2013, págs.86)

QUESTÃO: Qual(ais) o(s) tipo(s) de observação que entende que deve(m) ser posta(s) em prática:

- a) **tabela pré-estabelecida de aspetos a observar**
- b) **registo menos formal (apontamento de notas)**
- c) **articulação entre os dois anteriores métodos (semelhante a anterior questão)**
- d) **outra. Qual?**

“Como refere Allwright (1988), a observação de aulas pode tornar-se um problema quando assumimos uma perspectiva de avaliação do formando. No entanto, ela pode constituir uma solução se nos afastarmos de uma perspectiva de avaliação externa e nos aproximarmos da auto-observação e autoavaliação (...).” Alarcão (1996, pág.112)

QUESTÃO: A observação de aulas é entendida na perspectiva de avaliação do professor observado? S / N

“Ao longo destes estudos fomos verificando que as estratégias promotoras de reflexão que analisámos servem não só a formação inicial mas também a formação contínua, podendo ser por isso promotoras de uma formação permanente de todos.” Alarcão (1996, pág.118)

QUESTÃO: Considera que a prática da supervisão contribui para o desenvolvimento profissional do docente observado?

“O papel do supervisor, ao promover atitudes reflexivas no professor em formação inicial ou contínua, deverá ser sempre o de monitorar, sem dirigir em excesso a formação/investigação, que pode ser desenvolvido utilizando uma ou outra estratégia anteriormente apontada, de modo mais profundo conforme as necessidades detetadas no formando.” Alarcão (1996, pág.118)

“Do mesmo modo que as estratégias de ensino/aprendizagem só fazem sentido em função dos objetivos de ensino/aprendizagem, também as estratégias de observação dependem do objetivo que se pretende atingir, do objeto que se quer observar e da natureza da observação.” Alarcão e Tavares (2013, págs.86)

QUESTÃO: As estratégias de observação deverão ser iguais para todos os professores observados? S / N

“Argumenta-se, com frequência, que a carreira do professor está particularmente sujeita aos efeitos negativos da rotina, já que os docentes tendem a encontrar, repetidamente, ao longo da sua carreira profissional, o mesmo tipo de situações. Alarcão (1996, pág.135)

QUESTÃO: A observação da prática letiva em sala de aula, ao incentivar uma atitude reflexiva, contribui para que o professor ultrapasse a eventual rotina na sua atuação profissional? S / N

“Afigura-se-nos que esta é a questão crucial em todas as etapas da vida do professor, que tende a ser vulnerável à “intrusão” dos colegas ou do supervisor, o que muito dificulta a partilha e a discussão de experiências” Alarcão (1996, pág.140)

QUESTÃO: A observação da prática letiva em sala de aula é entendida pelo professor, em geral, como uma “intrusão” do supervisor? S / N

“Neste modelo, o professor, numa atitude proativa, deve pedir a colaboração do supervisor para a análise de situações problemáticas, tomando este uma postura colaborante e de apoio?” Alarcão e Tavares (2013, pág.26)

QUESTÃO: O professor deve pedir ao supervisor observação em sala de aula quando surgirem situações problemáticas no sentido de encontrarem soluções em conjunto? S / N

“(…) a supervisão da prática pedagógica deverá ser uma atividade de mútua colaboração e ajuda entre os agentes envolvidos no processo numa atitude de diálogo permanente que passe por bom um relacionamento assente na confiança, no respeito, no empenhamento e no entusiasmo, na amizade cordial, empática e solidária dos colegas (…).” Alarcão e Tavares (2013, pág.59)

QUESTÃO: Assinale as características que considera fundamentais no relacionamento supervisor/supervisionado:

- a) hierarquia rígida
- b) posição de igualdade
- c) posicionamento distante
- d) postura não impositiva
- e) postura impositiva
- f) empatia

“Com efeito, a supervisão deve ser continuada e não esporádica (…).” Alarcão e Tavares (2013, pág.28)

QUESTÃO: A supervisão deve seguir estritamente um calendário pré-estabelecido? S / N

QUESTÃO: Se não, em que circunstâncias deve ocorrer:

- a) quando o professor solicitar
- b) quando o supervisor entender necessário

c) quando o supervisor detetar algum problema

d) quando a Direção propuser

“Após a observação, o supervisor e o professor, separadamente, analisam os dados recolhidos durante a aula e procedem a uma sistematização que torne possível a análise e interpretação desses dados, em conjunto, no encontro pós-observação.” Alarcão e Tavares (2013, pág.28)

QUESTÃO: Deverá ser dado feedback da observação ao professor observado? S / N

QUESTÃO: Se sim, para quê?

a) para reflexão conjunta

b) para análise dos dados recolhidos

c) para encontrar eventuais estratégias de melhorias

d) outra. Especificar

“O processo termina com a análise do ciclo de supervisão, ou seja, com a avaliação da ação da supervisão desenvolvida. (...) Com efeito, a supervisão deve ser continuada e não esporádica e a avaliação de cada ciclo deve fornecer feedback para o ciclo subsequente.” Alarcão e Tavares (2013, pág.28)

QUESTÃO: É útil a avaliação do processo de supervisão? S / N

QUESTÃO: Se sim, especifique por quem deve ser feita:

“(…) é desejável e necessário desfazer, quanto antes, toda uma série de preconceitos e até alguns mitos que se foram criando e alimentando, ao longo do tempo, em torno do estatuto e do relacionamento entre o supervisor e o professor em formação, tais como: supervisor-inferior, independente-subordinado, professor-aluno, avaliador-avaliado, “fiscalizador-fiscalizado”, e pôr mais em relevo as características e os comportamentos e atitudes de entreatajuda, de colaboração entre colegas num processo em que se procura atingir os mesmos objetivos (...).” Alarcão e Tavares (2013, pág.62)

QUESTÃO: Considera que existem preconceitos relacionados com a supervisão? S / N

QUESTÃO: Se sim, quais:

a) noção de intromissão na “sua” sala de aula

b) serve para avaliar

c) ser considerado um processo de fiscalização

- d) ocorre apenas para resolver situações de conflito
- e) não tem qualquer utilidade
- f) noção de superior/inferior
- g) noção de avaliador/avaliado
- h) outra

“Em resumo, dos estudos de Blumberg poderá deduzir-se que os professores avaliam de modo positivo os supervisores que, a seu ver, fazem afirmações, sugerem, criticam e pedem informações e opiniões; por outro lado, avaliam de modo menos positivo ou até mesmo negativamente os supervisores que têm uma atitude passiva ou que sobressaem por falar muito.” Alarcão e Tavares (2013, págs.78/79)

QUESTÃO: o supervisor deve:

- a) criar um bom clima relacional com o observado;
- b) desenvolver o espírito de reflexão, inovação e colaboração;
- c) identificar dificuldades que surjam;
- d) colaborar na procura de estratégias de melhoria;
- e) ter capacidade de diálogo e mediação
- f) ter atitude passiva

“Entre os elementos que impedem uma boa comunicação podem citar-se a ansiedade e o desconhecimento do papel exato que cada pessoa tem num determinado processo, pelo que, nesta fase do ciclo de supervisão, sobretudo se se trata do primeiro ou primeiros encontros, é fundamental que o supervisor seja bem claro relativamente à sua conceção de supervisão, ao seus objetivos e à sua atitude para com o formando.” Alarcão e Tavares (2013, págs.81)

QUESTÃO: É útil, antes do processo supervisivo, a clarificação das intenções da supervisão da prática letiva em sala de aula? S / N

“A supervisão como função colaborativa parece estar a emergir mais claramente, consagrando-se como uma visão persistente e guiando mudanças na sua prática. A ênfase renovada numa mudança em direção a uma colaboração plena com agentes interessados no processo de supervisão

reflete-se, simultaneamente, nos programas e literatura relativos à supervisão de pares (...).” Oliveira Formosinho, (2002, pág. 140)

QUESTÃO: A supervisão pode assumir um carácter de trabalho colaborativo entre pares (supervisor/supervisionado(s)? S / N

QUESTÃO: Considera que o supervisor deve ter algum tipo de formação nesta área? S / N

QUESTÃO: Considera útil o docente observado trocar de posição com o docente observador, de forma regular? S / N

Internos:

A) Plano de Melhoria

“Elencam-se as ações de melhoria (Ponto I) que, de acordo com o Relatório de Avaliação Externa, deverão incidir nas seguintes áreas: [...] - Supervisão da prática letiva em sala de aula, enquanto processo de melhoria da qualidade do ensino e de desenvolvimento profissional;[...].”

QUESTÃO: Considera que o supervisor se encontra também num processo de desenvolvimento e aprendizagem? S / N

QUESTÃO: Considera que a prática da supervisão contribui para o desenvolvimento profissional do docente observado?

B) Regulamento Interno

“Secção II. Estruturas de Coordenação e Supervisão Pedagógica e Orientação Educativa Artigo 39.º - Definição

1. Tendo em conta a realização e desenvolvimento do Projeto Educativo, as estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica que promovem o trabalho colaborativo, realizam a avaliação de desempenho do pessoal docente e colaboram com o Conselho Pedagógico e com o Diretor são [...]”.

QUESTÃO: A supervisão pode assumir um carácter de trabalho colaborativo entre pares (supervisor/supervisionado(s)? S / N

C) Projeto Educativo

IMPLEMENTAÇÃO			MONITORIZAÇÃO		
Domínio	Áreas a melhorar	Sugestões de melhoria	Equipa / Docentes responsáveis	Calendari-zação	Instrumento
PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EDUCATIVO	Supervisão da prática letiva em sala de aula	<ul style="list-style-type: none"> - Manter o acompanhamento do cumprimento das planificações anuais e mensais; - Manter o acompanhamento e análise dos resultados das avaliações formativas e sumativas; - Supervisão/assessoria com carácter pontual, devendo a mesma ser sistemática nos casos considerados problemáticos; - Registo da supervisão no relatório final do Coordenador. 	Docentes Direção Coordenadores de Departamento/ Estabelecimento	Ao longo dos próximos 4 anos letivos	Grelhas de Registo Relatórios Atas

QUESTÃO: O professor deve pedir ao supervisor observação em sala de aula quando surgirem situações problemáticas no sentido de encontrarem soluções em conjunto? S / N

QUESTÃO: A supervisão deve seguir estritamente um calendário pré-estabelecido? S / N

QUESTÃO: Se não, em que circunstâncias deve ocorrer:

- a) quando o professor solicitar
- b) quando o supervisor entender necessário
- c) quando o supervisor detetar algum problema
- d) quando a Direção propuser

Apêndice 2- Questionário aos docentes - Supervisão da Prática Letiva em Sala de Aula

OBJETIVO: Inquirir sobre a concepção que os docentes têm acerca da Observação de Aulas inserida na Supervisão da Prática Letiva em Sala de Aula.

O inquérito é de preenchimento anónimo e os dados serão rigorosamente confidenciais. Colabore respondendo de forma sincera e objetiva às questões que se seguem.

NOTA IMPORTANTE: As questões referem-se apenas à observação de aulas no âmbito da supervisão da prática letiva em sala de aula

***Obrigatório**

1- A sua idade situa-se entre:

21-30 anos	31-40 anos	41-49 anos	mais de 50 anos
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

2- Anos de docência:

1-5	6-15	16-20	21-30	Mais de 30
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

3- Nível de educação/ensino que leciona:

Pré-Escolar	1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

4- Considera que a supervisão da prática letiva em sala de aula na perspetiva de observação de aulas: *
Assinale SIM ou NÃO

	SIM	NÃO
4.1- É entendida pelos docentes, em geral, como uma “intrusão” do supervisor	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
4.2- Deve ser acompanhada por práticas reflexivas do observador e do observado	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
4.3- É entendida pelos docentes na perspetiva de avaliação do professor observado	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

	SIM	NÃO
4.4- Ao incentivar uma atitude reflexiva, contribui para que o professor ultrapasse a eventual rotina na sua atuação profissional	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
4.5- Pode assumir um carácter de trabalho colaborativo entre pares (supervisor/supervisionado)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
4.6- É uma mais valia para a melhoria da escola	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
4.7- Contribui para o desenvolvimento profissional do docente observado	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

5- Considera que o supervisor se encontra também num processo de desenvolvimento e aprendizagem? *

Sim

Não

6- Considera que existem preconceitos relacionados com a supervisão da prática letiva em sala de aula? *

Sim

Não

7- Se respondeu SIM na questão anterior assinale quais:

a) noção de intromissão na sala de aula

b) serve para avaliar

c) é considerado um processo de fiscalização

d) ocorre apenas para resolver situações de conflito

e) não tem qualquer utilidade

f) está associada à noção de superior/inferior

g) está associada à noção de avaliador/avaliado

h) outro

8- Se assinalou a alínea h (outro), especifique.

9- Qual(ais) o(s) tipo(s) de observação que entende que deve(m) ser posto(s) em prática: *

- a) tabela pré-estabelecida de aspetos a observar
- b) registo menos formal (apontamento de notas)
- c) articulação entre os dois anteriores métodos
- d) outro

10- Se assinalou a alínea d (outro), especifique.

11- As estratégias de observação deverão ser iguais para todos os professores observados? *

- Sim
- Não

12- O professor deve pedir ao supervisor observação em sala de aula, quando surgirem situações graves para as quais já não consegue encontrar sozinho soluções para essa situação? *

- Sim
- Não

13- Assinale as características que considera fundamentais no relacionamento supervisor/supervisionado: *

- a) hierarquia rígida
- b) posição de igualdade
- c) posicionamento distante
- d) postura não impositiva
- e) empatia
- f) postura impositiva

14- A supervisão da prática letiva em sala de aula deve seguir estritamente um calendário pré-estabelecido? *

- Sim
- Não

15- Se respondeu NÃO, em que circunstâncias deve ocorrer:

- a) quando o professor solicitar
- b) quando o supervisor entender necessário

- c) quando o supervisor detetar algum problema
- d) quando a Direção propuser
- e) outro

16- Se assinalou a alínea e (outro), especifique.

17- Entende que deve ser dado feedback da observação ao professor observado? *

- Sim
- Não

18- Se respondeu SIM, refira para quê:

- a) para reflexão conjunta sobre o que foi observado
- b) para análise dos dados recolhidos
- c) para encontrar eventuais estratégias de melhorias
- d) outro

19- Se assinalou a alínea d (outro), especifique.

20- O supervisor deve: *

- a) criar um bom clima relacional com o observado
- b) desenvolver o espírito de reflexão, inovação e colaboração
- c) identificar dificuldades que surjam
- d) colaborar na procura de estratégias de melhoria
- e) ter capacidade de diálogo e mediação
- f) ter atitude passiva

21- Considera ser útil, antes do processo supervisivo, a clarificação das intenções da supervisão da prática letiva em sala de aula? *

- Sim
- Não

22- Considera que o supervisor deve ter algum tipo de formação na área da supervisão? *

- Sim
- Não

23- Considera que a observação de aulas deve ser implementada: *

- a) por iniciativa do Agrupamento
- b) para dar resposta às recomendações da Avaliação Externa
- c) pelas 2 razões anteriores

24- Considera ser útil, no final de cada ano letivo, haver uma reavaliação do processo de supervisão da prática letiva em sala de aula? *

- Sim
- Não

25- Se respondeu SIM, especifique por quem deve ser feita.

26- Pronuncie-se sobre os requisitos a que deveria responder um dispositivo de Supervisão no Agrupamento.

Obrigado pela colaboração!

Apêndice 3- Resumo das Respostas do Questionário aos docentes

1- A sua idade situa-se entre:

21-30 anos	0	0%
31-40 anos	12	17.4%
41-49 anos	21	30.4%
mais de 50 anos	36	52.2%

2- Anos de docência:

1-5	0	0%
6-15	8	11.6%
16-20	10	14.5%
21-30	32	46.4%
Mais de 30	19	27.5%

3- Nível de educação/ensino que leciona:

Pré-Escolar	2	2.9%
1.º Ciclo	24	35.3%
2.º Ciclo	21	30.9%
3.º Ciclo	21	30.9%

4.1- É entendida pelos docentes, em geral, como uma “intrusão” do supervisor

SIM	31	44.9%
NÃO	38	55.1%

4.2- Deve ser acompanhada por práticas reflexivas do observador e do observado

SIM	59	85.5%
NÃO	10	14.5%

4.3- É entendida pelos docentes na perspetiva de avaliação do professor observado

SIM	53	76.8%
NÃO	16	23.2%

4.4- Ao incentivar uma atitude reflexiva, contribui para que o professor ultrapasse a eventual rotina na sua atuação

SIM	41	59.4%
NÃO	28	40.6%

4.5- Pode assumir um carácter de trabalho colaborativo entre pares (supervisor/supervisionado)

SIM	51	73.9%
NÃO	18	26.1%

4.6- É uma mais valia para a melhoria da escola

SIM	35	50.7%
NÃO	34	49.3%

4.7- Contribui para o desenvolvimento profissional do docente observado

SIM	33	47.8%
NÃO	36	52.2%

5- Considera que o supervisor se encontra também num processo de desenvolvimento e aprendizagem?

Sim	57	82.6%
Não	12	17.4%

6- Considera que existem preconceitos relacionados com a supervisão da prática letiva em sala de aula?

Sim	54	78.3%
Não	15	21.7%

7- Se respondeu SIM na questão anterior assinale quais:

a) noção de intromissão na sala de aula	41	75.9%
b) serve para avaliar	41	75.9%
c) é considerado um processo de fiscalização	37	68.5%
d) ocorre apenas para resolver situações de conflito	3	5.6%
e) não tem qualquer utilidade	18	33.3%
f) está associada à noção de superior/inferior	26	48.1%
g) está associada à noção de avaliador/avaliado	37	68.5%
h) outro	5	9.3%

8- Se assinalou a alínea h (outro), especifique.

Existem leituras/ práticas diferentes para o que é "estar na sala de aula" face ao aluno. A observação de outro é sempre um "outro" com itens enquadrados numa perspetiva.

Um convite à desconfiança pela competência do trabalho profissional entre pares.

Sendo que o supervisor não é da área/disciplina do professor observado a utilidade não é nenhuma, uma vez que não conseguem refletir, não conseguem evoluir em termos de partilha de informação/conhecimentos. Apenas em termos de atitudes, que até pode ser o ponto forte do observado. Além do mais isto surge uma vez mais da necessidade de dar resposta a uma exigência do inspetor e não a uma necessidade que emergiu dos docentes da escola.

Quando há mau relacionamento pessoal e ou profissional entre o supervisor e supervisionado. Para ser com carácter reflexivo deveria ocorrer não apenas uma vez por período. Ou quando detetado na 1ª situação para ser resolvida deve-se dialogar com o avaliado e se for acordado criar um plano de atuação reflexiva em colaboração avaliador e avaliado. Nessa perspetiva, considero que haverá melhorias significativas no desempenho profissional do avaliado e melhoria das práticas para o sucesso dos alunos e melhor avaliação da própria escola.

Questão de um "Tipo" de política(o), com "novas ideias".

9- Qual(ais) o(s) tipo(s) de observação que entende que deve(m) ser posto(s) em prática:

a) tabela pré-estabelecida de aspetos a observar	14	20.3%
b) registo menos formal (apontamento de notas)	14	20.3%
c) articulação entre os dois anteriores métodos	28	40.6%
d) outro	14	20.3%

10- Se assinalou a alínea d (outro), especifique.

Nenhum

Não tenho um pensamento formado nesta área.

Nenhum; sou contra a supervisão (incluindo o próprio nome); esta surge nas escolas como um modo de verificar se os professores cumprem os programas... E difere, pelos princípios que a instituíram, com o que deveria ser o trabalho colaborativo entre pares.

Não deve ser realizada nenhuma observação formal.

Não concordo com nenhuma das alíneas. Para me manter informada e ultrapassar rotinas tenho a formação.

No caso de situações em que é detetado situações que implica melhoria de imediato, dever-se-á em concordância com o avaliado estabelecer um plano de observação de aulas e trabalho colaborativo de preparação das aulas do avaliado. Tenso em conta o ponto 11, considero que inicialmente as estratégias podem ser comuns. Depois deverá existir ajustamento para o avaliado que necessita e outra possibilidade de haver estratégias diferentes para grupos disciplinares com especificidade própria, aulas experimentais, laboratoriais, em Educação Física, música, Visual, tecnológica e TIC.

Nenhum.

Observação entre pares.

Não concordo com a supervisão.

nenhum

Não concordo com a observação.

11- As estratégias de observação deverão ser iguais para todos os professores observados?

Sim **50** 72.5%

Não **19** 27.5%

12- O professor deve pedir ao supervisor observação em sala de aula, quando surgirem situações graves para as quais já não consegue encontrar sozinho soluções para essa situação?

Sim **56** 81.2%

Não **13** 18.8%

13- Assinale as características que considera fundamentais no relacionamento supervisor/supervisionado:

a) hierarquia rígida **0** 0%

b) posição de igualdade **42** 60.9%

c) posicionamento distante **0** 0%

d) postura não impositiva **37** 53.6%

e) empatia **51** 73.9%

f) postura impositiva **0** 0%

14- A supervisão da prática letiva em sala de aula deve seguir estritamente um calendário pré-estabelecido?

Sim **31** 44.9%

Não **38** 55.1%

15- Se respondeu NÃO, em que circunstâncias deve ocorrer:

a) quando o professor solicitar **20** 52.6%

b) quando o supervisor entender necessário **18** 47.4%

c) quando o supervisor detetar algum problema **15** 39.5%

d) quando a Direção propuser **11** 28.9%

e) outro **4** 10.5%

16- Se assinalou a alínea e (outro), especifique.

A porta deverá estar sempre aberta, seja para quem for. Se o objetivo é colaborar e trocar experiências, não há que ter medo...

Não deve ocorrer; a supervisão deveria acabar nos moldes em que está a ser implementada.

Não deve ocorrer.

Não concordo com a supervisão e entendo que não deverá ocorrer.

nunca

17- Entende que deve ser dado feedback da observação ao professor observado?

Sim **61** 88.4%

Não **8** 11.6%

18- Se respondeu SIM, refira para quê:

- | | | |
|------------------------------------------------------|-----------|-------|
| a) para reflexão conjunta sobre o que foi observado | 49 | 81.7% |
| b) para análise dos dados recolhidos | 23 | 38.3% |
| c) para encontrar eventuais estratégias de melhorias | 44 | 73.3% |
| d) outro | 3 | 5% |

19- Se assinalou a alínea d (outro), especifique.

Independentemente da minha posição sobre a supervisão (e o infeliz termo que denomina a sua implícita prática), se esta ocorrer deve existir sempre um feedback.

Não concordo com a supervisão.

Para desenvolvimento de trabalho colaborativo

20- O supervisor deve:

a) criar um bom clima relacional com o observado	49	71%
b) desenvolver o espírito de reflexão, inovação e colaboração	45	65.2%
c) identificar dificuldades que surjam	30	43.5%
d) colaborar na procura de estratégias de melhoria	45	65.2%
e) ter capacidade de diálogo e mediação	45	65.2%
f) ter atitude passiva	8	11.6%

21- Considera ser útil, antes do processo supervisorio, a clarificação das intenções da supervisão da prática letiva em sala de aula?

Sim	59	85.5%
Não	10	14.5%

22- Considera que o supervisor deve ter algum tipo de formação na área da supervisão?

Sim	55	79.7%
Não	14	20.3%

23- Considera que a observação de aulas deve ser implementada:

a) por iniciativa do Agrupamento	21	30.4%
b) para dar resposta às recomendações da Avaliação Externa	23	33.3%
c) pelas 2 razões anteriores	27	39.1%

24- Considera ser útil, no final de cada ano letivo, haver uma reavaliação do processo de supervisão da prática letiva em sala de aula?

Sim	43	62.3%
Não	26	37.7%

25- Se respondeu SIM, especifique por quem deve ser feita.

Pelos coordenadores em reflexão conjunta e por questionário, de forma breve, aos restantes docentes

Pelos docentes em conselhos de docentes em conjunto com a direção e os supervisores.

Pelo supervisor e outro elemento da escola.

Pelos supervisores e direção

Por todos os docentes,

Conselho Pedagógico, através da recolha de informação aos docentes.

Pelo Conselho Pedagógico.

Grupos disciplinares

Verificar se efetivamente houve alteração de práticas/estratégias que tenham conduzido a melhorias.

Para permitir a inclusão de novas questões a observar, tendo como objetivo a melhoria da qualidade do ensino

Conselho Pedagógico depois de ouvidos os departamentos/grupos disciplinares.

Todos.

SAD e CP

Por todos os professores.

Pelo conselho de docentes e pelo conselho pedagógico.

Por todos os intervenientes

Para corrigir possíveis erros que possam ser detetados ao longo do ano.

Por agentes externos com formação específica em supervisão.

Pelas partes implicadas no processo.

Secção de Avaliação de Desempenho Docente do Conselho Pedagógico (SADDCP)

Por todo o corpo docente

Pela equipe responsável.

Por supervisores e supervisionados.

Pelos docentes do agrupamento

pelos docentes

Supervisores e supervisionados.

Pelos supervisores e diretora.

Pelo grupo se dupervisores do agrupamento com consultadoria de uma entidade externa académica, por ex. Faculdade de psicologia ou Escola Superior de educação. Nos casos de erros científicos solicitar apoio das respetivas entidades do ensino superior.

Pelo conselho de docentes

Deve ser feita pelos Departamentos Curriculares, pelos Grupos Disciplinares, pelo GAPD, pelo Grupo de Avaliação Interna do Agrupamento, pela Direção Executiva.

Não concordo com a supervisão.

Grupo Disciplinar/Departamento e Conselho Pedagógico.

Direção do Agrupamento e supervisores

Por todos os intervenientes.

Todos os docentes

Todos os professores

26- Pronuncie-se sobre os requisitos a que deveria responder um dispositivo de Supervisão no Agrupamento.

Deve haver uma clarificação precisa dos critérios de observação, uma aferição do instrumento a utilizar e que os supervisores sejam do mesmo grupo disciplinar.

Grupo de trabalho (máximo 3 elementos) para pensar as estratégias em função do tipo de escola/alunos, para permitir a sugestão de melhoria e, algum acompanhamento de situações mais problemáticas.

Deverá elaborar um conjunto de normas do agrupamento para regular a supervisão como, por exemplo, a seleção das pessoas que vão fazer a supervisão, uniformização de parâmetros, modelos de fichas.

Considero que o modelo em prática neste Agrupamento é sustentado numa perspetiva de acompanhamento reflexivo, de melhora contínua, criador de sinergias colaborativas.

-Transparência e trabalho colaborativo.

Concluído o registo/ documento deve "somar" a outros trabalhos que emergem do Agrupamento. Obs. No item 4 a escala SIM/ NÃO não permite a escolha. Na minha opinião deviam alterar, aumentando o leque de intensidade de resposta. (As escolhas foram "ao acaso para permitir o envio deste ficheiro).

Sem opinião.

Apesar de reconhecer que os Coordenadores de Departamento estão mais próximos dos professores do seu departamento, considero que a observação (com parâmetros definidos e aceites pela comunidade) deveria ter um observador "neutro" em colaboração com os delegados das disciplinas. Supervisão, entre e só professores do mesmo Grupo Disciplinar e do mesmo nível de lecionação. O Delegado de Disciplina ou algum professor do seu Grupo Disciplinar por ele destacado. Caso contrário, alguém com a formação devida e dessa área disciplinar, exterior ao Agrupamento. Só assim se pode compreender um trabalho de colaboração entre pares baseado na confiança e no profissionalismo dos professores.

Desperdiçar o mínimo de tempo e recursos.

Não deveria existir nenhum mecanismo de supervisão formal.

Estar orientado para a melhoria do processo ensino/aprendizagem.

Tal como já referido, deve responder aos seguintes requisitos: -desenvolver o espírito de reflexão, inovação e colaboração; -colaborar na procura de estratégias de melhoria; -ter capacidade de diálogo e mediação; -identificar dificuldades que surjam; Para que estes pressupostos resultem, o supervisor deve ter formação específica na área em que vai supervisionar e na área da supervisão.

A supervisão pedagógica deve ser entendida numa perspectiva formativa.

Deverão ser criadas condições - objetivos bem definidos, capacidade de diálogo, cooperação e capacidade relexiva - para que o processo de supervisão seja uma mais valia para os agentes envolvidos. A não ser assim, não vejo nenhuma vantagem no processo de supervisão.

A avaliação devia ser para todos os professores e só entre estes.

Simple e prático.

Considero como uma premissa fundamental de requisito quem vá fazer supervisão, seja por gostar desta área de ação e não por imposição hierárquica. De seguida a 2ª tem ha ver com alguma formação na área psicossocial para além da psicológica a apoiar a atuação do supervisor. Este tipo de iniciativas (Supervisão), só deveriam ser aplicadas com a concordância da maioria do agrupamento e em reunião geral.

Ser um instrumento de melhoria da prática letiva através da reflexão conjunta e construtiva do supervisor e do professor avaliado, em tempo posterior e fora da sala de aula.

Docentes com formação na área da supervisão pedagógica, em articulação com o GAPD, com os Departamentos Curriculares, com os Grupos Disciplinares, com o Grupo de Avaliação Interna do Agrupamento, com a Direção Executiva.

Não concordo com a supervisão. Julgo que a questão 23 condiciona e induz as respostas erradamente. Deveria ter a opção: d) Acho que a observação de aulas não deve ser implementada.

caracter formativo

Não concordo com a supervisão.

Apêndice 4- Diapositivos com informação sobre supervisão



SUPERVISÃO DA PRÁTICA LETIVA EM SALA DE AULA - OBSERVAÇÃO DE AULAS

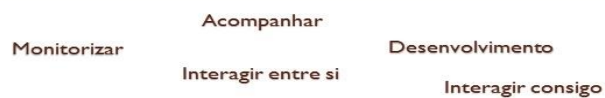
Ano Letivo
2015/2016

QUESTÕES DE PARTIDA:

- O que é a supervisão?
- Como se integra a observação de aulas na supervisão?

Supervisionar é acompanhar para monitorizar e ativar percursos de desenvolvimento. [...] Daí que tenhamos de afirmar que fazer supervisão é interagir com pessoas e criar condições para que elas interajam entre si, interajam consigo [...].”

Alarcão e Canha (2013, p.76)



O QUE É A SUPERVISÃO?

- ❖ Conceitos relacionados com a palavra :
 - conotações de ~~poder~~ (avaliação, inspeção / fiscalização)
 - processo de formação contínua dos professores e promoção do seu desenvolvimento profissional, baseado na reflexão e numa perspetiva de colaboração colegial → clima de partilha e colaboração profissional
- ↓
- a partir da observação de aulas (apenas uma das vertentes da supervisão da prática letiva em sala de aula)

OBSERVAÇÃO DE AULAS

“[...] a observação não é boa em si mesma, mas é boa em função do uso que lhe for dado” Machado, Alves, Gonçalves (2011, p. 10)

➤ **QUESTÃO:** Qual o uso a dar à observação de aulas?

Para conhecer
(obs. ao serviço da investigação)

Para emitir um juízo
(obs. para classificação)

Para **regular / perspectiva formativa**
(obs. ao serviço da melhoria, sem carácter avaliativo)

OBSERVAÇÃO DE AULAS

- ✓ Sem carácter avaliativo
- ✓ Com carácter regulatório = orientar, guiar
- ✓ Com carácter formativo
- ✓ Com feedback
- ✓ Estimular a reflexão das práticas desenvolvidas
- ✓ Partilhar (perspetivas, materiais...)
- ✓ Potenciar a aprendizagem profissional e melhoria do desempenho pessoal e da instituição

OBSERVAÇÃO DE AULAS

PROCESSO BASEADO:

- ✓ Numa dinâmica colaborativa
- ✓ No diálogo e reflexão
- ✓ Na confiança mútua
- ✓ Na perspectiva de aprendizagem e desenvolvimento mútuos (supervisor/supervisionado)
- ✓ Num bom clima relacional
- ✓ Na colaboração na procura de eventuais melhorias

OBSERVAÇÃO DE AULAS

IDEIAS – CHAVE:

Análise das práticas letivas

Reflexão

Partilha

Aprendizagem (profissional, institucional)

Melhoria

Retorno, construtivo e formativo, com partilha de olhares dos pares

SUPERVISÃO DA PRÁTICA LETIVA OBSERVAÇÃO DE AULAS

Este processo só surtirá realmente os efeitos desejados se decorrer da livre vontade dos professores, sem desconfiança ou medo de abrir a sua sala de aula.

Apêndice 5- Referencial de Curso (Oficina de formação): Supervisão da Prática Letiva em Sala de Aula: Conceção e Modelo

Nome do curso	Supervisão da Prática Letiva em Sala de Aula: Conceção e Modelo
Carga horária	15 Horas presenciais
Polo de Intervenção e Destinatários	Gestão Organizacional Educadores e Professores do ensino Básico
Modalidade de formação	Oficina de Formação
Formas de organização da formação	30 horas (15 presenciais e 15 de trabalho autónomo)
Razões justificativas da ação: Problema/ Necessidade de formação identificado:	<p>A crescente preocupação em melhorar os níveis de aprendizagem dos alunos deverá motivar os docentes para uma atualização constante e uma atitude reflexiva da sua prática profissional que pode advir, de forma privilegiada, da supervisão da prática letiva em sala de aula, nomeadamente na vertente de observação de aulas. Esta tem carácter formativo e centra-se nas possibilidades de desenvolvimento, a partir de um processo de observação de aulas entre pares.</p> <p>No Agrupamento Alfa foi feito um estudo sobre a conceção que os seus docentes têm sobre supervisão e que modelo pretendem adotar. Concluiu-se que há necessidade de informação/formação na área da supervisão da prática letiva em sala de aula, sobretudo na vertente de observação de aulas, assim como de uma reformulação do modelo de observação de aulas que se encontra em vigor. Deste modo, a presente formação surge como resposta à necessidade de capacitar os docentes do Agrupamento com conhecimentos teóricos na área da supervisão e de construção de instrumentos ligados ao modelo a implementar.</p>

Objetivos Gerais	<ul style="list-style-type: none"> • Contribuir para a elaboração de um dispositivo de supervisão da prática letiva em sala de aula do Agrupamento • Esclarecer conceitos de supervisão da prática letiva em sala de aula • Promover uma conceção de observação de aulas relacionada com práticas reflexivas e colaborativas • Compreender a supervisão como um processo de desenvolvimento profissional • Refletir sobre estratégias de supervisão colaborativa • Produzir instrumentos de recolha de dados de observação de aulas • Conhecer diversos tipos de avaliação de um processo supervisivo • Promover e incentivar a auto-reflexão
Conteúdos	<p>1- Supervisão - Conceito:</p> <ul style="list-style-type: none"> 1.1- Breve historial; 1.2- Perspetivas de supervisão; 1.3- Supervisão com carácter colaborativo e de desenvolvimento profissional; 1.4- Resistências à supervisão. <p>2- Observação de aulas:</p> <ul style="list-style-type: none"> 2.1- Práticas reflexivas; 2.2- Registo de observação de aulas; <p>3- Relacionamento supervisor/supervisionado.</p> <p>4- Avaliação de um dispositivo de supervisão da prática letiva.</p>
Meodologia de Formação	<p>As sessões presenciais terão como suporte algumas abordagens teóricas com vista à construção de um dispositivo de supervisão da prática letiva em sala de aula que dê resposta às necessidades do Agrupamento. As sessões, de natureza essencialmente reflexiva, decorrerão com envolvimento sistemático dos formandos, articulando-se o quadro teórico com a experiência dos formandos e as necessidades do agrupamento. As 15 horas de trabalho autónomo têm como intenção a construção colaborativa de um dispositivo de supervisão da prática letiva em sala de aula para o agrupamento.</p>
Avaliação dos Formandos	<p>A avaliação de cada formando centrar-se-á nos seguintes aspetos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - participação nas sessões (25%);

	<p>- realização de um trabalho prático em pequeno grupo (30%);</p> <p>- reflexão crítica individual (45%).</p> <p>O trabalho prático consistirá na construção de um dispositivo de supervisão da prática letiva em sala de aula a ser aplicado no agrupamento. A reflexão individual deverá abordar a importância e dificuldades da supervisão em contexto escolar.</p>
Avaliação da Formação	<p>- Inquéritos de satisfação aos formandos</p> <p>- Relatório crítico do formador</p>
Recursos humanos	Formador:
Bibliografia	<p>Alarcão I. (Org.), (1996). <i>Formação Reflexiva de professores: Estratégias de Supervisão</i>. Porto: Porto Editora</p> <p>Alarcão, I., & Canha, B. (2013). <i>Supervisão e Colaboração: uma relação para o desenvolvimento</i>. Porto: Porto Editora.</p> <p>Alarcão, I., & Roldão, M. (2008). <i>Supervisão: um contexto de desenvolvimento profissional dos docentes</i>. Mangualde: Edições Pedagogo.</p> <p>Alarcão, I., & Tavares, J. (2003). <i>Supervisão da Prática Pedagógica: uma perspectiva de desenvolvimento e aprendizagem</i>. Coimbra: Almedina, Coleção de Ciências da Educação e Pedagogia.</p> <p>Correia, S. (2011). <i>Abrir a Sala de Aula: Observar para Auto-avaliar a Escola</i>. In Machado, E., Alves, P., Gonçalves, F. (Org.), (2011). <i>Observar e Avaliar as Práticas Docentes</i>. De Facto Editores.</p> <p>Estrela, A. (1994). <i>Teoria e Prática de Observação de Classes. Uma Estratégia de Formação de Professores</i>. Porto: Porto Editora</p> <p>Hargreaves, A. (1998). <i>Os professores em tempos de mudança: O trabalho e a cultura dos professores na Idade Pós-Moderna</i>. Alfragide: McGraw-Hill</p> <p>Machado, E., Alves, P., Gonçalves, F. (Org.), (2011).</p>

Observar e Avaliar as Práticas Docentes. De Facto Editores.

Ministério da Economia, Inovação e Desenvolvimento no documento “FUTURO DA ESTRATÉGIA DE LISBOA-ESTRATÉGIA “UE2020”- Contributo de Portugal” em janeiro de 2010.

Oliveira-Formosinho, J. (Org.), (2002). *A Supervisão na Formação de Professores II: Da Organização à Pessoa*. Porto: Porto Editora.

Ramos, M. & Gonçalves, R. (1996). *As narrativas autobiográficas do professor como estratégia de desenvolvimento e a prática da supervisão*. In I. Alarcão (Org.), *Formação reflexiva de professores: Estratégias de supervisão*. Porto: Porto Editora.